

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**CONSTRUÇÃO DE UM MANUAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS:  
CONECTANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO  
ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ  
DAS ALMAS/ BA**

**MONIQUE VELAME FERREIRA**

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
2024**

**CONSTRUÇÃO DE UM MANUAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: CONECTANDO  
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA  
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/ BA**

**Monique Velame Ferreira**

Trabalho de conclusão de curso apresentado, sob a forma de Nota Técnica ao Colegiado do Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientadora:** Profa. Dra. Daiane Loreto de Vargas

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

F383c	<p>Ferreira, Monique Velame.</p> <p>Construção de um manual de práticas educativas: conectando o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a agricultura familiar no Município de Cruz das Almas/ BA / Monique Velame Ferreira._ Cruz das Almas, BA, 2024.</p> <p>107f.; il.</p> <p>Manual (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.</p> <p>Orientadora: Prof. Dra. Daiane Loreto de Vargas.</p> <p>1.Política alimentar – Educação. 2.Agricultura familiar – Merenda escolar. 3.Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil) – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p>CDD: 320</p>
-------	--

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**NOTA TÉCNICA:**

**CONSTRUÇÃO DE UM MANUAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: CONECTANDO  
O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA  
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/ BA**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado  
Monique Velame Ferreira

Aprovada em: 27 de agosto de 2024

Documento assinado digitalmente  
 **DAIANE LORETO DE VARGAS**  
Data: 10/12/2024 15:16:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daiane Loreto de Vargas  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 **NELTON DA SILVA**  
Data: 06/12/2024 12:51:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Neilton da Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
 **VALTERLINDA ALVES DE OLIVEIRA QUEIROZ**  
Data: 06/12/2024 09:23:07-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Valterlinda Alves de Oliveira Queiroz  
Universidade Federal da Bahia  
Examinador Externo

## **DEDICATÓRIA**

*Este trabalho é dedicado aos meus pais, José Raimundo e Daisy, eternos incentivadores e porto seguro e aos meus filhos, Joaquim e Marina, fonte de esperança, amor e força.*

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus que me sustentou sobretudo nessa etapa final, para que mesmo em meio a tantas adversidades e percalços eu pudesse concluir esse projeto tão sonhado. Embora minha fé tenha sido sequencialmente testada, todas as vezes manteve-se inabalável. Obrigada meu Deus e minha Nossa Senhora de Aparecida por me manter de pé até aqui e adiante.

Agradeço ao meu pai, José Raimundo, exemplo de profissional e entusiasta dos estudos. À minha mãe, Daisy, apoio e suporte para tudo o que eu sonhar e precisar, a pessoa com quem eu mais posso contar na vida, das orações à mão na massa. À Tiago, que me incentivou nos momentos decisivos e, principalmente, quando eu estava prestes a desistir e foi porto seguro quando mais precisei.

Aos meus filhos, Joaquim e Marina, obrigada, inclusive por perdoar a minha ausência tão sentida, os momentos de intenso estresse, a sobrecarga e falta de energia de tantos dias. Ainda que eu não merecesse nem metade do amor de vocês é sobrenatural sentir-se incondicionalmente amada. Foi a certeza de contar com o amor de vocês que me fez mais forte para concluir o que me propus neste projeto.

Agradeço imensamente aos meus colegas do mestrado, que turma abençoada. Tornamo-nos muito mais do que colegas, construímos lindas amizades que com certeza levaremos para toda a vida. Obrigada pelos momentos de desespero e principalmente pelos momentos de alegria, divididos nesses dois anos.

Obrigada ao Programa de Mestrado e a todos os professores, em especial aos amados Prof<sup>o</sup> Alexandre Almassy, Profa. Lys Vinhaes, Profa Rosineide Mubarack e Prof<sup>o</sup> Neilton da Silva, tão importantes para a minha formação e amadurecimento profissional. Vocês são exemplos.

Agradeço às Secretarias Municipais de Educação e Agricultura de Cruz das Almas/ BA em nome dos secretários Geisa Novaes e Márcio Rebouças, ao Departamento de Alimentação Escolar e à Escola Professora Natália Velame, onde encontrei e encontro profissionais de excelência, conscientes da importância das pesquisas e projetos para desenvolvimentos de políticas públicas eficazes.

Por fim e não menos importante, obrigada à minha orientadora, Daiane Loreto de Vargas, tão doce e, acima de tudo, uma profissional de excelência. Você me inspira muito, sou eternamente grata por todos os conselhos, ensinamentos e por me tornar uma apaixonada pela agricultura familiar. Você foi um presente de Deus.

“Alguns homens vêem as coisas como são, e dizem: ‘Por quê?’. Eu sonho com as coisas que nunca foram e digo: ‘Por que não?’”.

*George Bernard Shaw*

## **CONSTRUÇÃO DE UM MANUAL DE PRÁTICAS EDUCATIVAS: CONECTANDO O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS/ BA.**

**RESUMO:** O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública transversal com capacidade de promover hábitos alimentares saudáveis para os estudantes e ao mesmo tempo atuar como fomentador de sustentabilidade econômica e social, através da aquisição de itens da agricultura familiar para alimentação escolar. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa-ação que teve por objetivo estimular a aceitação dos itens *in natura* provenientes da agricultura familiar e das preparações à base desses alimentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Cruz das Almas– BA, através da realização de atividades de educação alimentar e nutricional e oficinas culinárias que foram reunidas no Manual de Práticas Educativas: Agricultura Familiar no Prato Escolar. As intervenções propostas foram realizadas na forma de projeto piloto com os estudantes de uma escola de educação infantil da rede municipal de ensino. Inicialmente foi realizado diagnóstico da aceitação do cardápio escolar através de entrevistas semiestruturadas e observação participativa, quando se identificou baixa aceitação dos produtos tradicionais locais pelos pré-escolares. Observou-se que a aceitação do inhame, quando inserido na preparação “bolo de inhame”, durante uma oficina culinária, teve adesão de todos os alunos participantes. Os resultados obtidos evidenciam desafios significativos no que tange a aceitação alimentar, no entanto a inserção das atividades educativas nos espaços escolares potencializa as possibilidades de expansão das compras com os agricultores familiares e a diversificação do cardápio, além de atender de forma abrangente as diretrizes do PNAE, possibilitando um novo olhar para a alimentação escolar, com profissionais envolvidos e qualificados para muito mais do que distribuir comida.

**PALAVRAS CHAVE:** Merenda Escolar; Agricultura Familiar, Mercados Institucionais; Produção Local; Educação Alimentar e Nutricional.

## **CONSTRUCTION OF A MANUAL OF EDUCATIONAL PRACTICES: CONNECTING THE NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM AND FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF CRUZ DAS ALMAS/BA.**

**ABSTRACT:** The Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) is a cross-cutting public policy capable of promoting healthy eating habits for students and at the same time acting as a promoter of economic and social sustainability, through the acquisition of items from family farming for school meals. This work is an action research that aimed to stimulate the acceptance of items in natura from family farming and preparations based on these foods in the National School Feeding Program in the municipality of Cruz das Almas – BA, through the implementation of food and nutrition education activities and cooking workshops that were gathered in the Manual of Educational Practices: Family Farming on the School Plate. The proposed interventions were carried out in the form of a pilot project with kindergarten students in the municipal education network. Initially, a diagnosis of the acceptance of the school menu was carried out through semi-structured interviews and participatory observation, when low acceptance of traditional local products by preschoolers was identified. It was observed that the acceptance of yam, when included in the preparation of “yam cake”, during a culinary workshop, was adhered to by all participating students. The results obtained show significant challenges regarding food acceptance, however, the inclusion of educational activities in school spaces enhances the possibilities of expanding purchases from family farmers and diversifying the menu, in addition to comprehensively meeting the PNAE guidelines, enabling a new look at school meals, with professionals involved and qualified to do much more than distribute food.

**KEYWORDS:** School Meals; Family Farming; Institutional Markets; Local Production; Food and Nutrition Education.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CECANE	Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição
CME	Campanha da Merenda Escolar
CNAC	Campanha Nacional pela Alimentação da Criança
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
FAO	Comitê Nacional da Organização para a Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDF	<i>Portable Document Format</i>
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SAPS	Serviço de Alimentação e Previdência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	Fundo das Nações Unidas

## LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1. Cartões educativos utilizados na oficina culinária.
- Imagem 2. Receita do Bolinho de Inhame adaptada à faixa etária (ilustrada).
- Imagem 3. Receita do Bolinho de Inhame disponibilizada na agenda escolar.
- Imagem 4. Organização dos ingredientes para a Oficina Culinária.
- Imagem 5. Crianças aguardando o início da Oficina Culinária.
- Imagem 6. Crianças preparando o bolo de inhame.
- Imagem 7. Crianças experimentando o bolo de inhame.
- Imagem 8. : Painel da brincadeira “Onde nasceu meu alimento?”.
- Imagem 9. Figuras da “Onde nasceu meu alimento?”.
- Imagem 10. Diálogo com as crianças sobre a origem dos alimentos.
- Imagem 11. Alunos participando da atividade “Onde nasceu meu alimento?”.
- Imagem 12. Caixa surpresa utilizada na atividade “Que alimento é esse?”.
- Imagem 13. Alunos participando da atividade “Que alimento é esse?”.
- Imagem 14. Leiras prontas para o plantio das sementes e das mudas.
- Imagem 15. Estudantes participando do processo de plantio da horta escolar.
- Imagem 16. Estudantes fazem a identificação das culturas em cada leira (1).
- Imagem 17. Estudantes fazem a identificação das culturas em cada leira (2).
- Imagem 18. Estudantes realizam os cuidados com a horta escolar.
- Imagem 19. Funcionário da Secretaria de Agricultura apoiando o cuidado da horta.
- Imagem 20. A horta escolar enriquecendo as preparações da alimentação escolar.
- Imagem 21. Representação da feira livre montada na escola.
- Imagem 22. Estudantes com cédulas de brinquedo fazendo compras.
- Imagem 23. Estudantes escolhendo os itens para o lanche escolar.
- Imagem 24. Distribuição das frutas da atividade “Feira Livre” no lanche escolar.
- Imagem 25. Capa (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 26. Apresentação (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 27. Sobre a Autora (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 28. Sumário (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 29. Introdução (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 30. Conhecendo o PNAE (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 31. Lei da Merenda Escolar (Manual de Práticas Educativas).
- Imagem 32. Compras Públicas (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 33. Você é ator PNAE? (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 34. Nutricionista, anota aí! (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 35. EAN no PNAE (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 36. Atividade Oficina Culinária (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 37. Oficina Culinária/ Material de Apoio (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 38. Atividade Horta Escolar (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 39. Atividade Gincana da Alimentação (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 40. Atividade “De onde vem o alimento?” (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 41. Registros da atividade (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 42. Atividade “Que alimento é esse?” (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 43. Registros da atividade (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 44: Atividade Dia de Feira (Manual de Práticas Educativas).

Imagem 45: Considerações Finais (Manual de Práticas Educativas).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma das etapas da pesquisa-ação de Thiollent.

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Repasse do FNDE por segmento Educacional por aluno.

Quadro 2. Associação das etapas descritas por Thiollent e o estudo em pauta.

Quadro 3. Categoria, conceitos e discussões do referencial teórico.

Quadro 4. Classificação dos itens da validação do Manual de Práticas.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Quantitativo de alunos matriculados (2023), distribuídos por turma e turno.

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2.</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	19
2.1.	Objetivo Geral.....	19
2.2.	Objetivos Específicos.....	19
<b>3.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	20
3.1.	PNAE: A história da merenda escolar.....	20
3.2.	Lei nº 11.947/2009: Agricultura Familiar e o Mercado Institucional.....	24
3.3.	Transição Nutricional: impactos nos hábitos alimentares na infância.....	27
3.4.	PNAE como promotor de hábitos alimentares saudáveis e regionais....	29
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	33
4.1.	Tipo de Pesquisa.....	33
4.2.	Aspectos Éticos da Pesquisa.....	36
4.3.	Caracterização do local e dos participantes.....	37
4.4.	Percurso Metodológico.....	39
4.4.1.	Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental.....	39
4.4.2.	Coleta de Dados.....	40
<b>5.</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	42
5.1.	Diagnóstico da Aceitação dos Alimentos da Agricultura Familiar.....	42
5.2.	Atividades em Campo.....	44
5.3.	Construção do Manual de Práticas Educativas.....	61
5.4.	Validação do Manual de Práticas.....	63
5.5.	Versão Final do Manual de Práticas.....	65
<b>6.</b>	<b>ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO E USO DO PRODUTO</b> .....	83
<b>7.</b>	<b>ORÇAMENTO</b> .....	84
<b>8.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>9.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	88
<b>10.</b>	<b>APÊNDICES</b> .....	97
10.5.	Apêndice A.....	97
10.6.	Apêndice B.....	98
10.7.	Apêndice C.....	102
10.8.	Apêndice D.....	105
10.9.	Apêndice E.....	106

## 1. INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa com potencial para promover hábitos alimentares saudáveis aos estudantes da rede pública de ensino e ao mesmo tempo atuar como fomentador da sustentabilidade econômica e social, através do incentivo à produção agrícola local com a aquisição de itens da agricultura familiar para alimentação escolar (Troian; Breitenbach, 2020; Marques; Ponzilacqua, 2022).

Os cardápios executados no PNAE devem ser elaborados por nutricionista e prezar pela oferta de alimentos saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas às necessidades nutricionais de cada faixa etária, garantindo assim crescimento e desenvolvimento físico, além de adequado rendimento intelectual, respeitando os hábitos e cultura locais (Brasil, 2006).

No entanto, a cultura do consumo dos alimentos industrializados, que tem ocupado de forma generalizada os armários e geladeiras, está presente na rotina alimentar das crianças em todo o mundo. Os alimentos que baseiam essas dietas globalizadas, considerados não saudáveis, são relativamente baratos e bem aceitos pelo grupo infantil, interferindo negativamente na aceitação de alimentos *in natura* ou minimamente processados produzidos localmente pela agricultura familiar, dificultando a inserção desses alimentos no cardápio escolar (Caetano *et al.*, 2010).

Os alimentos processados e ultraprocessados possuem em sua composição quantidade excessiva de aditivos químicos, gordura *trans* e excesso de açúcares e calorias. O seu consumo crescente está intimamente relacionado com o processo de transição nutricional e com aumento dos casos de sobrepeso e obesidade infantil, além do surgimento precoce de doenças crônicas (Martins *et al.*, 2013).

Na contramão desse processo de globalização alimentar, o incentivo à agricultura familiar surge e urge como importante saída para promoção de qualidade de vida e construção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis para a nova geração. O PNAE é um programa que, diante do consumo acentuado dos alimentos processados e ultraprocessados, efetiva estratégias para encurtar a distância entre a produção dos alimentos e o consumidor, atuando como importante fomentador de hábitos alimentares saudáveis e regionais (Santos, 2019).

Inserir e fortalecer a agricultura familiar no PNAE, consumando a obrigatoriedade de direcionar, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a aquisição

de produtos da agricultura familiar é impreterível. Neste sentido, o acesso aos mercados pela agricultura familiar traz benefícios tanto para os agricultores, que se favorecem com a comercialização da sua produção, quanto para os estudantes, que têm maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade (Brasil, 2009; Troian; Breintenbach, 2020).

Para a expansão das compras dos agricultores familiares para a alimentação escolar, são necessários ajustes nos cardápios para contemplar os itens localmente produzidos, no entanto, é necessário considerar a aceitação dos estudantes, visando a garantia da efetividade do programa e a redução de desperdícios. No entanto, a baixa aceitação desses alimentos na pré-escola da rede municipal de ensino do município acompanha a tendência mundial de aumento no consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento dos alimentos *in natura* ou minimamente processados, se colocando como um entrave significativo à expansão das compras públicas dos itens da agricultura familiar (Nekitsing, 2008).

Inserir a educação alimentar e nutricional (EAN) na rotina escolar, através de atividades transversais ao conteúdo pedagógico, favorece a aceitação dos itens da agricultura familiar, colabora com a diversificação do cardápio escolar e com a criação de um ambiente favorável à promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis. Além disso, a EAN possui baixo custo e permite a inclusão de toda a comunidade escolar, inclusive das famílias, circunstância tão importante, já que os hábitos alimentares saudáveis adquiridos na escola precisam ser reforçados em casa para serem efetivamente consolidados (Brasil, 2006; Santos, 2019).

Diante deste cenário, aumentar as compras públicas desses alimentos para o PNAE, estreitando assim a relação entre produção agrícola e cardápios escolares, é um importante recurso para a promoção à alimentação saudável, contribuindo com o combate ao aumento da obesidade infantil ao mesmo tempo em que corrobora com o processo de desenvolvimento rural (Brasil, 2006a).

Estimular a aceitação dos itens *in natura* provenientes da agricultura familiar e das preparações à base desses alimentos, valorizando os hábitos alimentares regionais e favorecendo uma alimentação mais saudável é a estratégia que norteia esse estudo. A motivação para a escolha do tema concentra-se nas possibilidades de aumentar a efetividade do PNAE, contribuindo com o fornecimento de uma alimentação de qualidade e socialmente engajada com o desenvolvimento local.

Esta pesquisa, cujo projeto estruturante está inserido na Linha de Pesquisa n° 02: “Gestão e Desenvolvimento de Políticas Públicas Socioambientais”, trata-se de uma pesquisa-ação com a finalidade de transformar uma situação previamente identificada: a baixa aceitação dos itens comercializados pela agricultura familiar do município de Cruz das Almas-BA pelos estudantes da pré-escola, através de atividades planejadas de EAN e oficinas culinárias, gerando como produto final um compilado das ações desenvolvidas no formato de manual.

Esta Nota Técnica foi elaborada com o objetivo de apresentar o embasamento teórico-metodológico adotado na elaboração do manual, que tem como título: “Manual de Práticas Educativas: Agricultura Familiar no Prato Escolar”, desenvolvido como produto de conclusão do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e, voltado para a aplicação no âmbito do PNAE, pelos mais diversos atores do programa.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. Objetivo Geral**

Estimular a aceitação dos itens da agricultura familiar, produzidos à nível municipal, no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município de Cruz das Almas – BA.

### **2.2. Objetivos Específicos**

- Realizar o diagnóstico de aceitação das preparações pelos alunos das pré-escolas através de observação participante e entrevistas com merendeiras e demais profissionais envolvidos na rotina diária da escola;
- Realizar atividades de educação alimentar e nutricional na escola selecionada, direcionadas à aceitação de gêneros comercializados pelos agricultores familiares disponíveis no mapeamento agrícola;
- Compilar as ações realizadas na produção didática-editorial: Manual de Práticas: Agricultura Familiar no Prato Escolar.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção está destinada à apresentação da fundamentação teórica do estudo, abordando, inicialmente, a trajetória histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para, em seguida, discorrer sobre a agricultura familiar e o mercado institucional do PNAE à luz da Lei nº 11.947 de 2009. A seguir, aborda o processo de transição nutricional considerando os impactos nos hábitos alimentares infantis e, finaliza, dissertando sobre o PNAE como promotor de hábitos alimentares saudáveis entre os escolares.

#### 3.1. PNAE: A história da merenda escolar

As primeiras políticas de alimentação escolar surgiram no Brasil no início do século XX, as chamadas caixas escolares, que tinham o objetivo de acumular recursos para a compra de alimentos para os estudantes. Por volta de 1935, o entendimento de que a desnutrição na primeira infância comprometia de forma irreversível o desenvolvimento do indivíduo fomentou a realização da Campanha Nacional pela Alimentação da Criança (CNAC), servindo de orientação inicial para a instituição da alimentação na escola (Fonseca, 1953 *apud* Peixinho, 2011).

Nesse período o termo “merenda escolar” se disseminou no país e Dante Costa o conceituou como uma pequena refeição realizada no intervalo das atividades escolares, com a função de atenuar os problemas nutricionais numa época marcada por altos índices de desnutrição infantil. Nesse contexto, em 1942, a Seção Técnica do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) implantou o desjejum escolar do qual derivaram outras iniciativas como “o copo de leite do escolar” e as “sopas escolares” (Dante Costa, 1939 *apud* Rosenburg, 1972).

O Comitê Nacional da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) criou o 1º Plano Nacional de Alimentação para o Brasil, apresentado em 1953, na 3ª Conferência Latinoamericana de Nutrição, onde destacou os grupos materno infantil, trabalhadores e escolares como prioritários para as ações de suplementação alimentar. Impulsionada pela conferência, a alimentação escolar propriamente dita foi implementada no Brasil a partir da assinatura, em março de 1955, do decreto presidencial nº 37.106, que regulamentou um programa de intervenção com foco na

oferta de alimentação escolar na rede pública, chamado de Campanha da Merenda Escolar (CME) (Stefanini, 1998).

De caráter assistencialista, a CME tinha convênio com o Fundo das Nações Unidas (UNICEF) e Organização das Nações Unidas (ONU) e visava reduzir a desnutrição infantil através da suplementação alimentar nas áreas mais pobres do Brasil, principalmente no norte e nordeste. Posteriormente o programa passou a se chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), conferindo o caráter de atendimento em âmbito nacional (Costa, 2013).

Em 1965 a CNME foi alterada para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), ampliando as ações, que deixaram de se restringir à distribuição de merenda, para fornecer também assistência e educação alimentar aos escolares em todo o território nacional, passando em 1979 a ser denominado de Programa Nacional de Alimentação Escolar (Peixinho, 2013).

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito universal à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa de alimentação escolar oferecido pelos governos federal, estaduais e municipais, tendo sido esse o impulso principal para a transformação do PNAE em política de Estado. O texto da constituição questionava a postura centralizadora adotada pela União na organização de suas políticas públicas, impulsionando o processo de descentralização da alimentação escolar para os estados e municípios (Amorim; Ribeiro Júnior, Bandoni, 2020).

Desde a sua criação e até meados de 1993 a execução do PNAE aconteceu de forma centralizada. O Governo Federal era responsável pelo planejamento dos cardápios e aquisição dos alimentos, que eram distribuídos por todos os municípios do país. Não eram considerados os hábitos alimentares regionais e a base das refeições eram alimentos desidratados. As desigualdades entre as regiões do país e a baixa aceitação da alimentação escolar altamente industrializada, já davam indícios da necessidade de adequação às realidades locais (Peixinho, 2011).

A partir de 1994, com a instituição da Lei nº 8.913, o PNAE passou a caminhar em direção à descentralização, mediante celebração de convênios com os municípios, estados e Distrito Federal. O principal objetivo da descentralização era reduzir gastos e ampliar a participação dos demais atores escolares, transferindo responsabilidades da união para os níveis estaduais e municipais. Para efetivar esses objetivos a legislação exigiu a constituição dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE),

definindo sua composição e competências, especialmente quanto à fiscalização e controle da aplicação dos recursos (Brasil, 1994).

A publicação da Medida Provisória nº 2.178-36/ 2001, acrescentou ao PNAE a obrigatoriedade de destinar 70% dos recursos transferidos pelo FNDE para a compra de produtos básicos, considerando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da região, dando prioridade aos alimentos *in natura* e minimamente processados, fomentando o desenvolvimento da economia local (Brasil, 2001).

A partir de 2006, com a publicação da Resolução nº 32 do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE), a exigência do nutricionista como Responsável Técnico em todas as Entidades Executoras permitiu melhora significativa na qualidade nutricional das refeições ofertadas no PNAE, através das exigências técnicas para elaboração de cardápios, aproximando o programa do seu principal objetivo: assegurar a oferta de refeições para cobrir as necessidades nutricionais dos estudantes no período letivo (Brasil, 2006b).

O ano de 2009 foi um dos mais significativos para o programa devido à sanção da Lei nº 11.947, fruto de um processo de ampla participação da sociedade civil por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A referida lei ampliou a cobertura do programa para toda a rede pública de educação básica; definiu a educação alimentar e nutricional (EAN) como eixo prioritário para o alcance dos objetivos e exigiu que, no mínimo, 30% dos repasses fossem investidos em produtos da agricultura familiar (Brasil, 2009; Peixinho, 2013).

No ano de 2015, a Resolução nº 04 do FNDE, alterou a redação dos artigos da Resolução nº 26, que tratavam da aquisição de gêneros oriundos da agricultura familiar, contribuindo com o fortalecimento do segmento e o desenvolvimento local à medida que modificou a forma de seleção e classificação dos projetos de venda; definiu os locais de divulgação dos editais das chamadas públicas; definiu o limite individual de venda para o agricultor familiar e os modelos de edital, pesquisa de preços, projeto de venda e contrato (Brasil, 2015).

Em abril de 2020, em meio ao período pandêmico que resultou na suspensão das aulas, a Lei nº 13.987, alterou a Lei nº 11.947, para autorizar a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos responsáveis pelos estudantes. No mesmo ano, em maio, foi publicada a Resolução FNDE nº 06, que estabeleceu novas normas para a execução técnica, administrativa e financeira do programa, com destaque para significativas alterações nos aspectos nutricionais,

baseadas nas evidências científicas disponíveis sobre os impactos do processamento de alimentos na saúde da população (Brasil, 2020a; Brasil, 2020b).

Em novembro de 2021, através da Resolução FNDE nº 21, o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para o PNAE foi ampliado de vinte mil reais para quarenta mil reais anuais por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para os grupos formais o valor máximo passou a ser de quarenta mil reais multiplicados pelo número de agricultores munidos de DAP familiar inscritos na DAP Jurídica (Brasil, 2021).

Em março de 2023, através da Resolução FNDE nº 02, os valores de repasse do PNAE foram reajustados, passando de R\$ 4,4 bilhões em 2022 para uma previsão orçamentária de R\$5,5 bilhões em 2023. Os valores atualizados são demonstrados no Quadro 1 (Brasil, 2023b).

**Quadro 1: Repasse do FNDE por segmento Educacional por aluno.**

<b>Segmento Educacional</b>	<b>Repasse por Aluno</b>
Educação de Jovens e Adultos - EJA	R\$ 0,41
Ensino Fundamental e no Ensino Médio	R\$ 0,50
Pré-escola, exceto para alunos de escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos	R\$ 0,72
Escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos	R\$ 0,86
Escolas de tempo integral	R\$ 1,37
Creches, inclusive as localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos	R\$ 1,37
Estudantes contemplados no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	R\$ 2,56
Atendimento Educacional Especializado – AEE	R\$ 0,68

**Fonte:** Adaptado de FNDE (2023)

A lei nº 14.660/2023 incluiu ao grupo de agricultores familiares já priorizados pelo programa (assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas), os grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar e estabeleceu que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família deverá ser feita em nome da mulher (Brasil, 2023).

Ainda em 2023, com vistas a ampliar o acesso de povos e comunidades tradicionais no PNAE, em outubro o FNDE divulgou a nota técnica nº 3744623, orientando que as Entidades Executoras do programa aceitem o registro do Número de Inscrição Social (NIS) do agricultor de família indígena, quilombola ou de grupos populacionais tradicionais quando não for apresentada a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para as aquisições da agricultura familiar no âmbito do PNAE, reduzindo a burocracia de acesso ao programa de grupos historicamente proscritos, reafirmando o caráter transversal e estruturante do programa (Brasil, 2023b).

Embora significativos desafios ainda permeiem a execução do PNAE, é inegável o tamanho do avanço dessa política desde a sua criação. Ao revisitar as discussões que influenciaram a criação e evolução do programa em quase 7 décadas de instituição é possível constatar o seu progresso, sempre alinhado às transformações e demandas sociais, partindo de uma intervenção de caráter assistencialista, até adquirir a modelagem de política pública de Estado, tornando-se referência mundial (Lima *et al.*, 2023).

### **3.2. Lei nº 11.947/2009: Agricultura Familiar e o Mercado Institucional**

Até meados de 1970, a produção da agricultura familiar se restringia basicamente ao auto abastecimento e às relações de trocas, vínculos pouco propícios à expansão da produção e ao desenvolvimento econômico. Mesmo em dias atuais, a comercialização da produção familiar ainda é uma das principais dificuldades enfrentadas, bem como o acesso às políticas agrárias que por muito tempo foram formuladas para atender as necessidades dos grandes empreendimentos agrícolas (Cruz, 2019).

Em relação à comercialização da produção, sabe-se que as compras públicas são mecanismos capazes de ativar dispositivos para dinamizar a economia local, possuindo um potencial estratégico de incentivo ao desenvolvimento rural regional. De acordo com Grisa e Schmitt (2013), desde 1930 o governo realiza compras institucionais como forma de intervenção estatal, entretanto os agricultores familiares sempre encontraram obstáculos para acessar esses mercados devido à burocracia

dos processos licitatórios e a desvalorização dos itens tradicionalmente produzidos na região (Schwartzman *et al.*, 2017).

Desconstruindo um passado de desdém, importantes políticas públicas de combate à desigualdade social no espaço rural e ao fortalecimento da agricultura familiar passaram a ser implementadas no Brasil, considerando principalmente a estruturação dos mercados institucionais e priorizando as cadeias curtas de abastecimento (Nunes *et al.*, 2018).

O PNAE é considerado um marco nas políticas públicas brasileiras, tanto pela longevidade e extensão de cobertura quanto pela ampliação do investimento financeiro (Schneider, 2015). Desde a sua criação, passou por atualizações de operacionalização e regulamentação que construíram o alicerce de um programa de relevância nacional e internacional, com avanços que permitiram a intersectorialização dos seus objetivos através da articulação com outras esferas além da educação (Gomes *et al.*, 2021).

Até se chegar a Lei nº 11.947/ 2009, concentrando os pormenores de um programa com a extensão e a importância do PNAE, muitas sementes foram plantadas. Um exemplo foi a primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 1994, onde discutiu-se a necessidade de priorização de alimentos regionais na alimentação escolar e o estímulo à produção dos agricultores familiares através de subsídio e apoio técnico (Burlandy; Carvalhosa, 2017).

Nesse período se iniciava o processo de descentralização do programa, no entanto o processo de compra seguia as diretrizes da lei de licitações e contratos da Administração Pública, dificultando o acesso dos agricultores familiares. E, apesar do estímulo da legislação à priorização de alimentos básicos e produção regional, o incentivo à aquisição da produção local estava atrelada à redução dos recursos, e não propriamente ao desenvolvimento socioeconômico local (Gregolin, G.; Gregolin, M.; Triches, 2018).

Em 2003, com a implantação do Programa Fome Zero e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), essa conjuntura começou a mudar. Como consequência da experiência positiva do PAA no incentivo à agricultura familiar, o PNAE foi revisto. A partir disso, com a sanção da Lei nº 11.947/ 2009, a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar tornou-se obrigatória em todo o país. Essa lei representou um divisor de águas para o programa, e não à toa é conhecida como lei da merenda escolar (Rossetti; Winnie; Silva, 2016).

Nas suas disposições, entre outras questões, ampara a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar via aquisição direta, dispensando-se o processo licitatório. O modelo tornou-se uma inovação no que diz respeito à legislação das compras públicas e um relevante instrumento de reconhecimento do papel socioeconômico da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil (Brasil, 2009; Santos; Torres, 2022).

Nas compras realizadas através da Chamada Pública, se estabelece previamente os preços dos produtos, assegurando o pagamento de valores justos, desafiando a desvalorização praticada pelos atravessadores, e abrindo novas oportunidades para o escoamento da produção familiar. As compras institucionais dão aos agricultores destino da produção nos períodos de safra, ajudam a regular os preços de mercado e a garantir renda aos produtores, estimulando que outros agricultores familiares dediquem-se à produção de alimentos (Sziwelski *et al.*, 2015).

Muitos itens que antes eram produzidos somente para o autoconsumo passaram a representar fonte de renda para as famílias produtoras fornecedoras ao PNAE, concomitantemente com a melhoria da qualidade alimentar e nutricional nas escolas. Neste sentido, o acesso aos mercados pela agricultura familiar traz benefícios tanto para os agricultores, que se favorecem com a comercialização da sua produção, quanto para os estudantes, que têm maior diversidade e oferta de alimentos de qualidade (Troian; Breintenbach, 2020).

Neste contexto, além de garantir o fornecimento de uma alimentação adequada e saudável, condizente com os hábitos alimentares locais, a legislação que dispõe sobre o funcionamento do PNAE tem também a possibilidade de fomentar o desenvolvimento local de forma sustentável. Tal feito alça o programa à umas das maiores iniciativas de compras institucionais voltados ao combate das vulnerabilidades da agricultura familiar do mundo, agindo como rede de proteção social, ao tempo em que atuam na disponibilização de alimentos saudáveis, em contrapartida à tendência mundial do consumo de alimentos ultraprocessados (Marques; Ponzilacqua, 2022; Nunes *et al.*, 2018).

### **3.3. Transição Nutricional: impactos nos hábitos alimentares na infância**

Transição Nutricional é o termo utilizado para designar o fenômeno caracterizado pelo aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, em evidência mundial desde o final do século XX (Kac; Velásquez Meléndez, 2003). Esse fenômeno e as modificações nos padrões de morbidade e mortalidade da população estão estreitamente relacionadas às alterações dos hábitos alimentares, influenciados pela globalização da economia e pelos avanços tecnológicos na indústria de alimentos e na agricultura (Castro *et al.*, 2023).

A despeito do contraste econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, o padrão alimentar dos países ricos é atualmente uma preocupação também nos países pobres. Os alimentos que baseiam as dietas globalizadas, considerados não saudáveis, são relativamente baratos e bem aceitos pelo grupo infantil, podendo ainda estarem relacionados ao status social, o que favorece a sua aceitação e dissemina o seu consumo (Caetano *et al.*, 2010).

Na infância, a prevalência de sobrepeso e obesidade aumentou de forma significativa nas últimas décadas. Num outro extremo, a desnutrição apresentou tendência de redução de casos, no Brasil e no mundo, no entanto é importante ressaltar o aumento de indivíduos em situação de insegurança alimentar durante e após o período da pandemia de Covid. Nesse contexto, tanto a desnutrição quanto a obesidade, mantêm-se elencados como problemas de saúde pública no Brasil (Antunes, 2020).

A obesidade infantil apresenta grande possibilidade de predominância na idade adulta, trazendo como consequência o aumento do risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), como hipertensão arterial, diabetes mellitus tipo II e dislipidemias. Por outro lado, os déficits nutricionais também trazem repercussões negativas, estando associados a maior mortalidade, doenças infecciosas, prejuízo para o desenvolvimento psicomotor, menor aproveitamento escolar e menor capacidade produtiva na idade adulta (Monteiro, 2009).

O crescimento da indústria de alimentos e a influência da mídia nas escolhas alimentares contribuíram para a substituição de dietas baseadas em alimentos regionais *in natura* por dietas baseadas em produtos processados e ultraprocessados. Essa classificação, conhecida como classificação NOVA agrupa os alimentos segundo a extensão e o propósito de seu processamento industrial em alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários, processados e ultraprocessados (Canella *et al.*, 2021; Monteiro *et al.*, 2010).

Os alimentos ultraprocessados são produtos caracterizados por alto valor energético e baixo valor nutricional, que envolvem na sua produção diversas técnicas de processamento e um grande número de ingredientes, como sal, açúcar, óleos, gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial. São exemplos de alimentos ultraprocessados uma série de alimentos do consumo habitual infantil como refrigerantes e sucos artificiais, macarrão instantâneo, biscoitos doces, salgados, salgadinhos de pacote, guloseimas (balas, caramelos, pirulitos), achocolatados em geral, queijo *petit suisse*, iogurtes adoçados e aromatizados e cereais matinais (Martins *et al.*, 2013).

O conhecimento dessa classificação é fundamental para a população, principalmente para nortear o consumo alimentar infantil, visto que as crianças estão consumindo mais alimentos processados e ultraprocessados do que alimentos *in natura* e minimamente processados, com pouca variação e de baixa qualidade, acarretando carências nutricionais e prejuízos no crescimento e desenvolvimento (Monteiro *et al.*, 2019).

Mello e colaboradores (2016) realizaram uma revisão bibliográfica que reuniu estudos com crianças pré-escolares para caracterizar a alimentação dessa população e, apesar da heterogeneidade dos artigos avaliados, foi possível concluir que independentemente do nível socioeconômico ou da região de origem, as inadequações relacionadas ao consumo alimentar infantil foram bastante semelhantes, evidenciando um insuficiente consumo de carnes, frutas, verduras e legumes, enquanto que o consumo de doces, refrigerantes, frituras e guloseimas foram excessivos (Mello; Barros; Morais, 2016).

A idade pré-escolar é caracterizada como um período de significativo crescimento e desenvolvimento e conseqüentemente de alta demanda nutricional, portanto a alimentação nessa idade é um fator ambiental de extrema importância. Padrões Alimentares baseados em alimentos processados e ultraprocessados contribuem negativamente para a saúde e para o desenvolvimento cognitivo/intelectual das crianças, comprometendo todo o seu futuro, muitas vezes de forma irreversível (Nasser, 2006).

Em um estudo com 536 crianças menores de cinco anos de idade, Anastácio e colaboradores (2020), identificaram desequilíbrio nutricional no consumo alimentar, com elevado valor energético, alto teor de gorduras, sódio, presença de edulcorantes,

além de ter excesso de ao menos um nutriente considerado incitador de problemas de saúde (Anastácio *et al.*, 2020).

O espaço escolar, por se tratar de um ambiente em que as crianças passam grande parte do dia, precisa ter seu potencial de promotor de bons hábitos alimentares adequadamente explorado, portanto, ações voltadas à promoção da alimentação saudável por meio da valorização da cultura e da culinária tradicional, bem como da utilização de produtos regionais e sazonais podem ser importantes para promover mudanças nesses padrões alimentares e incentivar a alimentação saudável e a segurança alimentar (Brasil, 2006a).

### **3.4. PNAE como promotor de hábitos alimentares saudáveis e regionais**

Diante de um cenário de consumo acentuado de alimentos processados e ultraprocessados e das problemáticas desencadeadas pela produção e consumo desses produtos, o PNAE incentiva a efetivação de estratégias para encurtar a distância entre a produção dos alimentos e o consumidor, na contramão da globalização alimentar. Por esta razão, a alimentação escolar assume um caráter pedagógico, atuando como importante formador e fomentador de hábitos alimentares saudáveis e regionais ao promover a inserção da agricultura familiar na alimentação escolar (Santos, 2019).

A história do programa evidencia a substituição de um modelo que inicialmente promoveu o consumo de alimentos industrializados, por outro modelo que incentiva a produção e o consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar (Triches & Schneider, 2010). Esse modelo aumenta a oferta de alimentos *in natura*, produzidos localmente e, ao mesmo tempo em que agrega benefícios aos escolares, viabiliza a valorização da produção familiar e o resgate de hábitos alimentares locais (IPEA, 2022).

Essa mudança foi estimulada pela necessidade de reverter as tendências de consumo alimentar que refletem em mudanças no perfil epidemiológico e nutricional da população. Mudanças essas, relacionadas a um padrão alimentar que contrasta com o recomendável em termos de práticas alimentares saudáveis e modelo de consumo sustentável (Canella *et al.*, 2021).

A partir da publicação, pelo Ministério da Saúde, do primeiro Guia Alimentar para a População Brasileira, em 2006, o PNAE adotou parâmetros para que os alimentos adquiridos com os recursos federais estivessem alinhados às suas diretrizes. A portaria interministerial nº 1010, de 08 de maio de 2006, propôs desenvolver na escola o caráter pedagógico da alimentação escolar, recomendando ações de promoção de alimentação saudável e reconhecendo-a como um direito humano (Brasil, 2006; Santos, 2019).

Nessa direção, no ano de 2009, a Lei nº 11.947, tornou obrigatória a utilização de, ao menos, 30% dos recursos repassados ao PNAE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar. Além disso, proibiu a aquisição de refrigerantes, sucos artificiais e outras bebidas de baixo valor nutricional, limitou a aquisição de alimentos enlatados, embutidos, doces, preparações semiprontas ou prontas e alimentos com quantidade elevada de sódio ou de gordura saturada e, ainda, estabeleceu um parâmetro para a oferta mínima de frutas e hortaliças, o que favoreceu a aproximação do cardápio fornecido com a produção local e com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, orientações mais tarde reforçadas pela Resolução nº 06 de 2020 (Brasil, 2009; Brasil, 2020b).

A priorização da oferta de alimentos da biodiversidade local propicia a consolidação e o desenvolvimento da agricultura familiar, amplia a oferta de nutrientes e contribui para o fortalecimento da identidade cultural. Além disso, possibilita continuamente que os hábitos alimentares inseridos na escola sejam propalados por toda a comunidade escolar, ampliando o alcance da promoção da educação alimentar e nutricional e contribuindo para o resgate da valorização dos alimentos e preparações tradicionais das regiões (Izzo; Domene, 2021).

Através do PNAE, além das inegáveis vantagens agregadas ao fomento da agricultura familiar, crianças tem a oportunidade de crescer conhecendo o sabor dos alimentos regionais e a diversidade de sabores das frutas, verduras e tubérculos produzidos no território. Valorizando a agricultura familiar e contribuindo para a diminuição do êxodo rural, poderão ser esses os novos agricultores em processo de formação que terão orgulho e respeito pela produção dos alimentos que são ofertados na escola (Sziwelski *et al.*, 2015).

O espaço escolar é, sobretudo, um espaço de práticas sociais coletivas, para além das tradicionais práticas de ensino e aprendizagem. Neste contexto, sendo a escola uma instituição que exerce influência na vida dos estudantes, torna-se então

um lugar ideal para desenvolver ações e práticas que auxiliem na promoção de saúde e qualidade de vida (Santos, 2019; Casagrande; Cancelier; Beling, 2021).

Embora o potencial educativo da alimentação escolar tenha sido discutido muito anteriormente, a inclusão da EAN no PNAE se deu efetivamente em 2006, concebida como diretriz do programa a partir da Portaria Interministerial no 1.010/2006. E mais tarde, com a promulgação da lei da merenda escolar, em 2009, a EAN se tornou eixo prioritário do PNAE, sendo considerada como avanço na execução do programa (Silva *et al.*, 2018).

O fortalecimento da EAN como eixo do PNAE veio mais tarde, com a publicação da Resolução do FNDE nº 26, em 17 de junho de 2013, que possui o seu capítulo V dedicado a essa estratégia. Entre outras coisas, a resolução traz que compete aos nutricionistas do programa coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola, ações de educação alimentar e nutricional, voltadas para a formação de hábitos alimentares saudáveis, além de propor reflexões para além dos fatores nutricionais (Brasil, 2013).

As diretrizes educacionais pedagógicas para a educação infantil tem como objetivo promover um processo de educação multidisciplinar. As ações de EAN quando planejadas e realizadas segundo os princípios do Marco de Referência de EAN, contribuem para a intersetorialidade no processo educativo, portanto, é importante que cada vez mais as ações de EAN estejam inseridas nos projetos políticos pedagógicos das unidades educativas (Brasil, 2014).

Amparando as práticas de EAN no contexto escolar, destaca-se a relevância da infância, vez que é nessa fase que se inicia a construção dos hábitos alimentares e frisa-se ainda o fato de ser essa a fase da vida que o indivíduo sai do convívio estritamente familiar e penetra no contexto escolar, no qual experimentará outros alimentos e preparações e terá oportunidade de promover alterações nos seus hábitos alimentares pelas influências do grupo social e dos estímulos presente no sistema educacional (Ramos; Santos; Reis, 2013).

No âmbito do PNAE, a EAN representa o conjunto de ações formativas contínuas, transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais, que tem por objetivo estimular a adoção de práticas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, a saúde e a qualidade de vida do escolar. Algumas ações de EAN propostas incluem a adoção da alimentação e nutrição como eixo temático do currículo escolar; a valorização dos produtos orgânicos e/ou agroecológicos; a

promoção da sociobiodiversidade; desenvolvimento de atividades que favoreçam hábitos alimentares regionais e culturais; utilização de metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico; desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para a alimentação escolar e o uso do alimento como ferramenta pedagógica, a exemplo das hortas e das oficinas culinárias (Brasil, 2014; Silva *et al.*, 2018; Rossetti; Winnie; Silva, 2016).

Em desalinho com a importância da escola e do envolvimento dos profissionais escolares nas ações de EAN, estudos apontam que as ações desenvolvidas nesse âmbito ainda são superficiais, principalmente se comparadas com as investidas feitas pela indústria alimentícia. Como consequência, verifica-se ainda forte influência dos alimentos industrializados no hábito alimentar das crianças, influenciados principalmente pela maneira como os meios de comunicação disseminam propagandas atrativas e consumistas que despertam o desejo pelo consumo desses alimentos (Triches; Werkhausen, 2017).

O artigo de Nekitsing e colaboradores (2018) reuniu achados recentes que avaliam o impacto de intervenções para promover o consumo de vegetais em pré-escolares e encontrou que a exposição repetida foi apontada como a estratégia mais eficaz na promoção do consumo de alimentos desconhecidos por crianças, pois possibilita a familiarização e aceitação positiva no longo prazo, demonstrando a importância de insistir na oferta de certos itens alimentares, mesmo que numa primeira oportunidade haja recusa. A educação nutricional também demonstrou resultados positivos na aceitação das crianças, ressaltando a importância do uso de diferentes estratégias para introdução e aceitação de novos alimentos, ou mesmo do resgate de hábitos alimentares tradicionais (Izzo; Domene, 2021).

Portanto, a EAN para pré-escolares, constitui-se como importante ferramenta para melhorar a aceitação dos alimentos regionais e promover hábitos alimentares saudáveis para essa faixa etária, baseados em estudos que reconheceram a melhora no gosto por alimentos ditos saudáveis, em prejuízo do consumo dos alimentos dito não saudáveis e enfatizaram a necessidade de iniciar precocemente a introdução de alimentos regionais com pré-escolares visando melhorias no reconhecimento e preferência desses alimentos (Anjos *et al.*, 2023).

## 4. METODOLOGIA

Nesta seção, são descritos os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa com vistas a cumprir seus objetivos, compreendendo o tipo de pesquisa, a caracterização do local da pesquisa e dos participantes e as etapas da pesquisa.

### 4.1. Tipo de Pesquisa

Trata-se de um estudo que propõe o desenvolvimento de material técnico, no formato de manual informativo, que poderá ser utilizado como instrumento de consulta para os mais variados técnicos que atuam na Alimentação Escolar.

Do ponto de vista metodológico o estudo que respaldou a construção do manual de práticas trata-se de um projeto-piloto fundamentado nos pressupostos da pesquisa-ação, no qual foram utilizadas abordagens qualitativas. Essa abordagem permite lidar com informações mais subjetivas, amplas e com maior riqueza de detalhes, além de ser desenvolvida sem interferências na rotina do campo de pesquisa e com certa flexibilidade metodológica (Ludke; André, 2013).

Na abordagem qualitativa o ambiente natural é a fonte direta dos dados, o interesse é pelo processo e não apenas pelos resultados e a análise dos dados é feita de forma indutiva, encaixando-se na demanda do problema de pesquisa, onde as ações podem ser mais bem compreendidas quando observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Considerar o ambiente natural é imprescindível quando a pesquisa envolve crianças, como ocorreu nesta investigação, já que observá-las de perto e sistematicamente possibilita-nos conhecer particularidades e peculiaridades concretas da situação e registrá-las com minúcias (Bodgan; Biklen, 1994).

Nesse contexto, todas as atividades programadas para a unidade escolar, respeitaram a rotina habitual de horários e demandas e foram encaixadas de forma a alterar o mínimo possível o que já era estabelecido pela direção, coordenação e professores. O horário da chegada dos alunos, do lanche escolar, da rotina pedagógica e da saída foi mantido, com poucos ajustes para permitir apenas a junção das turmas para a realização de algumas atividades educativas.

Como meios para alcançar os objetivos propostos, definiu-se como procedimento técnico metodológico a pesquisa-ação, que tem como base a relação entre pesquisa e ação, com envolvimento da comunidade, visando a transformação

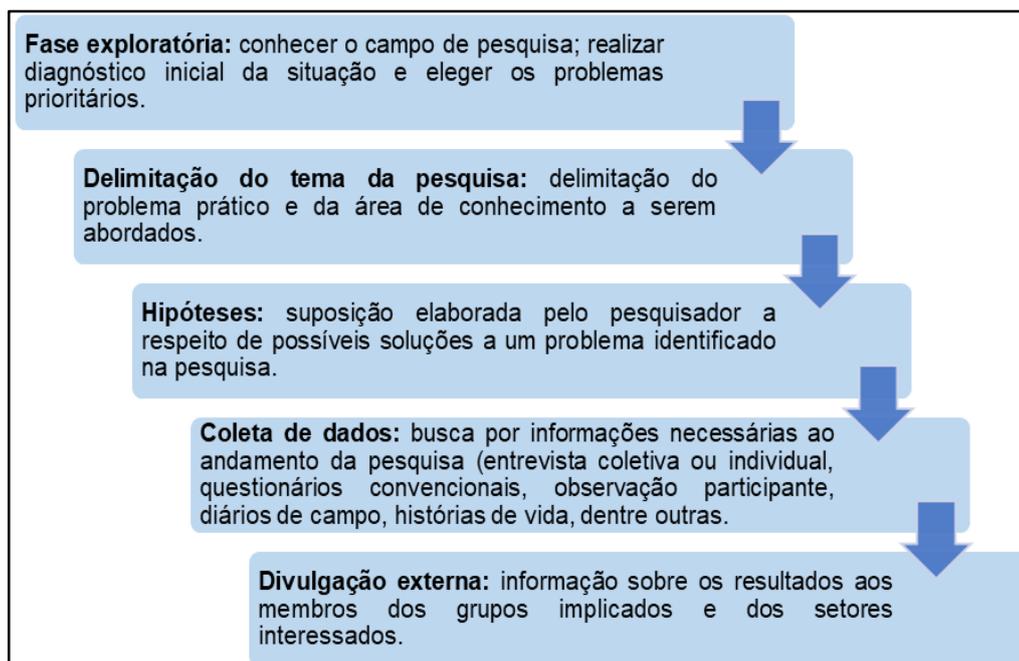
da realidade através de uma ação efetiva no problema coletivo proposto como alvo de intervenção, que neste caso refere-se a baixa aceitação dos alimentos oriundos da agricultura familiar na alimentação escolar (Thiollent, 2011).

No caso em questão, compreende-se como problema coletivo o obstáculo à ampliação das compras públicas da agricultura familiar pelo PNAE, que empiricamente demonstra ser causado pela baixa aceitação desses gêneros e preparações pelos pré-escolares. A autora do estudo, como profissional responsável pela confecção e acompanhamento da execução dos cardápios propostos para as creches e pré-escolas municipais está intimamente envolvida na situação problema.

Embora considerada pesquisa, com seu caráter pragmático, a pesquisa-ação se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, pois ao mesmo tempo em que ela altera o que está sendo pesquisado, ela é limitada pelo contexto e pela ética da prática. Dessa forma, essa metodologia é vista como um tipo de investigação-ação, processo em que a prática é sistematicamente aprimorada (Tripp, 2005).

Em relação à concepção e organização da pesquisa, Thiollent (2011) ressalta que o planejamento da pesquisa-ação é muito flexível. Assim, o autor apresenta uma sequência de fases, mas enfatiza que estas seguem uma ordem apenas didática, pois são marcados por constantes oscilações de acordo com a dinamicidade da pesquisa, como pode ser conferido na Figura 1.

**Figura 1. Fluxograma das etapas da pesquisa-ação de Thiollent.**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Seguindo os dados do fluxograma, pode-se identificar as etapas da pesquisa descritas por Thiollent (2011) nesse estudo, onde fase exploratória faz referência ao processo do levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, para embasar a relação do PNAE com a Agricultura Familiar somado aos aspectos experienciados pela autora na prática profissional à respeito da dificuldade de inserção dos gêneros oriundos da agricultura familiar na alimentação escolar na pré-escola.

Na delimitação do tema o problema de pesquisa foi sistematizado. Pois, embora haja uma preocupação com a expansão das compras públicas da agricultura familiar no PNAE, reconhecendo a importância das compras institucionais para escoar de forma justa a produção familiar, e um esforço em paralelo aos objetivos principais do programa, para instituí-lo e fortalecê-lo como fomentador de sustentabilidade econômica e social, há uma baixa aceitação dos escolares pelas refeições baseadas nos itens localmente produzidos. Há, portanto, um empecilho à expansão das compras públicas da agricultura familiar para esse público: a baixa aceitação desses itens na alimentação escolar.

A etapa de hipótese sugere que incentivar a aceitação dos itens produzidos pela agricultura familiar através da realização de ações de educação alimentar e nutricional, oficinas culinárias, horta escolar, entre outras, parece ser um interessante meio para expandir as compras públicas e alcançar efetivamente os objetivos do programa, sem acarretar desperdícios de recursos públicos ou queixas na execução dos cardápios propostos.

A coleta de dados, realizada através de entrevistas semiestruturadas e observação participante, buscou identificar os gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar presentes nos cardápios da pré-escola e a aceitação dos mesmos, a fim de nortear a seleção dos itens que seriam trabalhados nas atividades educativas com o intuito de melhorar a aceitação. A atividades realizadas na escola também se estabelece como processo de coleta de dados, por ter sido utilizada para construção do manual, que é o produto final desse estudo.

A última fase se dará pela divulgação externa dos resultados da pesquisa, principalmente pela difusão do Manual de Práticas construído, tanto para os membros envolvidos na pesquisa, quanto para técnicos que executam o PNAE no município de Cruz das Almas e em outros municípios. Essas etapas foram compiladas no quadro 2.

**Quadro 2: Relação entre as etapas descritas por Thiollent (2011) e o estudo em pauta.**

<b>Etapa</b>	<b>Ação na Pesquisa</b>
<b>Fase Exploratória</b>	Levantamento de bibliografia e documentos embasando a relação do PNAE com a agricultura familiar somada aos conhecimentos práticos profissionais da autora.
<b>Delimitação do Tema</b>	Sistematização do problema de pesquisa: Expansão das compras da AF <i>versus</i> Aceitação dos itens na alimentação escolar.
<b>Hipóteses</b>	Ações de EAN, oficinas culinárias, horta escolar, entre outras, podem contribuir para a aceitação dos itens da AF na alimentação escolar e expandir as compras públicas.
<b>Coleta de Dados</b>	Entrevistas semiestruturadas, observação participante e realização das atividades educativas.
<b>Divulgação Externa</b>	Divulgação do Manual de Práticas.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

O quadro supramencionado sintetiza a correlação entre as etapas previamente definidas pela teoria da pesquisa-ação e as fases de execução do estudo em questão, fases essas que serão mais detalhadamente abordadas nos tópicos que se seguem, com destaque para o tópico do percurso metodológico.

#### **4.2.Aspectos Éticos da Pesquisa**

O estudo seguiu os procedimentos éticos exigidos pelas resoluções nº 580/2018, nº 510/2016, e resolução nº 466/2012 e da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, uma vez que dados pessoais ou dados sensíveis dos indivíduos participantes não são identificados.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus de Cruz das Almas-Bahia, parecer de aprovação nº 5.863.248, CAAE: 64232222.6.0000.0056 em 25 de janeiro de 2023. Após aprovação do CEP, a pesquisadora apresentou o projeto à Secretária Municipal de Educação de Cruz das Almas-BA e solicitou anuência para a realização da pesquisa e das atividades propostas na Escola Municipal Professora Natália Pedra Velame (Apêndice A).

Por se tratar de pesquisa que envolvia menores de 18 anos, os responsáveis legais pelos estudantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE - Apêndice B). Devido a faixa etária das crianças participantes (menores de 5 anos de idade), foi dispensada a necessidade de assinatura de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), no entanto às crianças foram informadas de todas as atividades e tinham liberdade para negar-se a participar ou para interromper a participação a qualquer momento.

Os responsáveis foram informados no TCLE, que durante a pesquisa, haveria registros de foto e vídeo das atividades desenvolvidas para confecção do manual e que o uso dessas imagens se daria exclusivamente no âmbito da pesquisa em questão e na confecção do material editorial. Ainda assim, os responsáveis tinham liberdade para não autorizar o registro ou retirar a autorização a qualquer momento.

Os adultos entrevistados, uma merendeira e a diretora do departamento de alimentação escolar também participaram da pesquisa. A pesquisadora explicou aos convidados, o objetivo da pesquisa, bem como de que forma se daria a participação destes, que seria através de uma entrevista individual. Após os convidados terem aceitado participar da pesquisa, assinaram o TCLE (Apêndice C).

#### **4.3.Caracterização do local e dos participantes**

Por se tratar de um projeto apresentado num Mestrado Profissional, escolheu-se como campo de pesquisa o campo de atuação profissional da pesquisadora, no caso uma pré-escola do município de Cruz das Almas-BA, na qual a autora atua como nutricionista do quadro técnico do PNAE.

O município de Cruz das Almas fica situado no Recôncavo Sul da Bahia, distante 146 quilômetros da capital do estado, Salvador. De acordo com o último Censo Demográfico, conta com uma população de 60.348 habitantes e densidade demográfica de 433,79 hab/ km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Possui 48 unidades escolares municipais distribuídas nas zonas urbana e rural, dessas, 16 são escolas exclusivamente de educação infantil, sendo que 10 são creches, 3 mistas (creche e pré-escola) e 3 pré-escolas.

Selecionou-se por conveniência uma pré-escola municipal como campo de pesquisa por, dentre os segmentos acompanhados profissionalmente pela autora,

contemplar uma faixa etária com compreensão para realização da pesquisa e das atividades educativas e por possuir 1 merendeira com vínculo empregatício efetivo, o que mitiga a possibilidade de troca da profissional durante o decorrer do processo da pesquisa. Descartou-se as creches pois devido à faixa etária possuem crianças em fase de introdução alimentar, o que inviabiliza pesquisar a aceitação alimentar.

A pré-escola selecionada, Escola Professora Natália Pedra Velame, situa-se na área urbana da cidade e contava com 156 alunos matriculados no ano letivo de 2023. Os alunos estavam distribuídos em 02 turmas de pré 1 (alunos de 4 anos) e 02 turmas de pré 2 (alunos de 5 anos) no turno matutino (total de 80 alunos/ turno matutino) e 02 turmas de pré 1 (alunos de 4 anos) e 02 turmas de pré 2 (alunos de 5 anos) no turno vespertino (total de 76 alunos/ turno vespertino).

**Tabela 1. Quantitativo de alunos matriculados em 2023, distribuídos por turma e turno.**

<b>Turno</b>	<b>Turma</b>	<b>Nº de alunos matriculados</b>
<b>Matutino</b>	Pré-escola 1 A	18
	Pré-escola 1 B	19
	Pré-escola 2 A	20
	Pré-escola 2 B	23
<b>Vespertino</b>	Pré-escola 1 A	16
	Pré-escola 1 B	19
	Pré-escola 2 A	20
	Pré-escola 2 B	21
<b>Total</b>		156

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

A Escola Municipal Professora Natália Pedra Velame, bem como as demais unidades escolares do município, são atendidas pelo PNAE e recebem itens da agricultura familiar para confecção das preparações indicadas em cardápio confeccionado por nutricionista e conta com uma funcionária na cozinha, responsável pelo recebimento e gerenciamento dos itens alimentícios, além do preparo e distribuição das refeições.

Os alunos matriculados realizam uma única refeição na escola, que de acordo com a Resolução nº 06/ 2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve cobrir no mínimo 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais

diárias de energia e macronutrientes.

Foram incluídos na pesquisa todos os alunos matriculados na escola presentes nos dias de coleta de dados ou execução de atividades e que possuíssem o TCLE assinado pelo responsável. Estavam previstos para exclusão da coleta de dados alunos com alergia ou intolerância a alguns dos ingredientes da preparação testada ou que não possuíssem quatro anos completos na data da coleta, pois a participação dessa faixa etária em testes de aceitabilidade não é validada, no entanto não houveram alunos enquadrados nos critérios de exclusão. Não houve necessidade de estratificação de amostra, já que todos os alunos que cumpriram com os critérios de inclusão tinham a mesma faixa etária.

Os profissionais que colaboraram com a pesquisa (merendeira e diretora do departamento de alimentação escolar) participaram da parte preliminar da pesquisa para identificação dos itens e preparações disponíveis na agricultura familiar do município e a aceitação desses itens entre os pré-escolares.

#### **4.4. Percurso Metodológico**

##### **4.4.1. Revisão Bibliográfica e Pesquisa Documental**

Como percurso metodológico, este trabalho teve como primeira etapa uma vasta revisão bibliográfica e pesquisa documental, no intuito de apresentar um quadro de referências acerca da temática do estudo e reunir os dados nos quais a investigação foi baseada. O caminho percorrido nesta revisão dar-se-á através de busca de publicações: capítulos de livros, artigos científicos, teses, dissertações, monografias, legislação, manuais e produções e publicações técnico científicas, utilizando-se como bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde, BIREME, Scielo, Google Acadêmico, livros e sites oficiais.

Para a revisão de literatura no meio digital foram utilizados os seguintes descritores isolados ou em associação: alimentação escolar, agricultura familiar, educação alimentar e nutricional, educação alimentar, aceitação alimentar, alimentação infantil, promoção hábitos alimentares saudáveis, Programa Nacional Alimentação Escolar, PNAE, alimentação saudável, alimentação no ambiente escolar. O período de consulta se estabeleceu entre janeiro de 2022 a janeiro de 2024. Além

disso, houve uma análise documental dos manuais, relatórios, legislações e documentos disponibilizados no site oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Os critérios de inclusão adotados para orientar a busca e seleção dos artigos foram: abordar a temática da Agricultura Familiar ou da aceitação alimentar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, apresentar-se nos idiomas português ou inglês, sem limites para o período de publicação e estarem disponíveis na íntegra. Os critérios de exclusão estabelecidos foram: trabalhos científicos que não atendiam a questão do estudo e artigos incompletos ou que trazia disponível apenas o resumo. Após a seleção, as publicações foram organizadas de acordo com as categorias, conceitos e discussões do referencial teórico, conforme o Quadro 3.

**Quadro 3. Categoria e autores do referencial teórico**

<b>Categoria</b>	<b>Autores</b>
PNAE	(Peixinho, 2011) (Rosenburg, 1972) (Stefanini, 1998) (Peixinho, 2013)
Agricultura Familiar e Mercados Institucionais	(Grisa & Schmitt, 2013) (Schwartzman <i>et al.</i> , 2017) (Gregolin, G.; Gregolin, M.; Triches, 2018) (Troian; Breintenbach, 2020)
Transição Nutricional e Aceitação Alimentar	(Kac; Velásquez Meléndez, 2003) (Caetano <i>et al.</i> , 2010) (Monteiro, 2009) (Canella <i>et al.</i> , 2021) (Monteiro <i>et al.</i> , 2019)
Hábitos Alimentares Regionais	(Triches & Schneider, 2010) (Santos, 2019) (Izzo; Domene, 2021) (Triches; Werkhausen, 2017)

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

#### 4.4.2. Coleta de Dados

A seguir iniciou-se uma etapa de caráter exploratório, que contemplou o levantamento da produção pela agricultura familiar local comercializada ao PNAE,

realizada através de consulta ao edital de chamada pública do PNAE do ano de 2023 e a realização do diagnóstico da aceitação do cardápio escolar em execução, focado nos itens e preparações da agricultura familiar, realizada através de observação participante e de entrevistas semiestruturadas com a merendeira escolar e diretora do Departamento de Alimentação Escolar. O propósito principal dessa fase foi identificar quais alimentos e preparações já são bem aceitos e quais necessitam de maior intervenção durante as atividades.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto e dezembro de 2023. Foram utilizados como instrumentos a observação participante e as entrevistas semiestruturadas com os funcionários da escola que tinham envolvimento com o preparo, distribuição e/ ou acompanhamento das refeições e com a diretora do Departamento de Alimentação Escolar, que tinha conhecimento sobre a aceitação e rejeição dos principais gêneros alimentares distribuídos.

A entrevista semiestruturada, também chamada de entrevista em profundidade ou entrevista livre, é um instrumento que combina perguntas fechadas (estruturadas) e abertas, nas quais o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador, possibilitando uma melhor interação entre o pesquisador e o informante, no sentido de conhecer o cotidiano dessas pessoas, seus hábitos, suas crenças, suas representações, através das narrativas dos sujeitos sociais (Minayo, 2013).

Neste estudo as entrevistas do tipo semiestruturada foram realizadas de forma presencial, com gravação e posterior transcrição. Como o quantitativo de entrevistas foi de apenas duas, a transcrição foi realizada utilizando-se o programa de dados Microsoft Word®.

A observação participante foi outro instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa. No processo de observação participante, o pesquisador participa da rotina das pessoas que estão sendo estudadas de forma aberta ou secreta (Abib, 2013). Nesse processo é importante que o pesquisador tenha uma perspectiva geral, mas também mantenha focos específicos de interesse para sua pesquisa. As observações são materializadas em anotações descritivas, incluindo comentários e gravações das entrevistas, sendo essas duas técnicas frequentemente combinadas em pesquisas qualitativas (Godoy, 1995).

## 5. RESULTADOS

Entende-se como resultados desse estudo, desde o diagnóstico da aceitação das preparações da alimentação escolar, realizado através de observação participante e entrevistas com merendeiras e demais profissionais envolvidos na rotina diária da escola; a realização da intervenção na escola piloto, que compreende a realização das atividades educativas em campo; e por fim, o processo de elaboração da produção didática-editorial: “Manual de Práticas Educativas: Agricultura Familiar no Prato Escolar”.

### 5.1. Diagnóstico da Aceitação dos Alimentos da Agricultura Familiar

O diagnóstico da aceitação dos alimentos da agricultura familiar pelos estudantes da pesquisa foi realizado através da entrevista com a merendeira da escola piloto e a diretora do Departamento de Alimentação Escolar (DAE) da Secretaria Municipal de Educação, bem como por meio de observação participante.

O mesmo roteiro de entrevista (Apêndice D) foi aplicado para a merendeira e para a diretora do DAE, contendo 7 perguntas (Apêndice C). De acordo com as perguntas realizadas, ambas relataram que a escola recebe itens da agricultura familiar de forma semanal, e consideraram importante manter a aquisição desses itens para a alimentação escolar. Em relação à qualidade dos itens entregues, referiram que quase sempre é de boa qualidade, no entanto quando a qualidade é inferior ao desejado o departamento é informado.

A merendeira referiu que as frutas e os biscoitinhos são os alimentos oriundos da agricultura familiar mais bem aceitos na escola piloto. Em contrapartida, ficou evidenciado que os tubérculos eram os alimentos fornecidos pela agricultura familiar com menor aceitação entre os alunos. Cabe salientar que a produção e comercialização dessas raízes (aipim, inhame e batata doce) é bastante importante para a agricultura familiar do município, representando, junto com a laranja e o limão, as principais culturas comestíveis da região.

A merendeira referiu que a sopa é um alimento bem aceito pelos estudantes, e que a mesma utiliza-se do preparo para aproveitar os tubérculos enviados para a escola, evitando a oferta apenas da forma tradicional (tubérculo cozido), para evitar

desperdícios. Diante do exposto, considerou-se os tubérculos como um item importante a ser explorado nas atividades educativas.

Perguntadas sobre o que contribuiria para a melhora da aceitação, a diretora do departamento chamou a atenção para a necessidade de se repensar o quantitativo de merendeiras nas unidades, para permitir a elaboração de refeições que demandam mais da mão de obra, como por exemplo os bolos. A merendeira opinou que deveria enviar mais frutas semanalmente, pois são os alimentos mais bem aceitos pelos alunos. Questionadas se acham que atividades de educação alimentar e nutricional podem contribuir com a aceitação, ambas concordaram que sim, no entanto voltaram a afirmar que acham que a frequência dos itens no cardápio já é suficiente.

Além das entrevistas, também realizou-se a observação participante. A etapa formal de observação participante se deu em três momentos durante o estudo, sendo importante ressaltar que, além desses momentos, foram realizadas observações de forma informal com intuito de agregar informações à pesquisa em todas as visitas realizadas à escola.

Durante o processo de observação participante evidenciou-se conhecimento profundo da clientela pela merendeira, que demonstrou uma gestão muito eficiente dos itens utilizados e do quantitativo para cada preparo, além de um porcionamento responsável, evitando desperdícios, com restos mínimos nos pratos ao final das refeições. Em todas as visitas não houve recusa em experimentar as refeições por parte de nenhum aluno, exceto um aluno que apresenta quadro de seletividade alimentar (relato da merendeira) e, mesmo os alunos que levavam lanche de casa, em todas as oportunidades experimentaram os lanches servidos na escola.

Vale salientar que devido à esse conhecimento prévio por parte da merendeira, quando a refeição sugerida no cardápio tinha pouca aceitação pelos alunos, a mesma já preparava uma quantidade menor e, da mesma forma, quando a preparação era bem aceita e muitos alunos pediam para repetir, a merendeira já se antecipava e preparava uma quantidade maior. Isso evidencia que mesmo com pouco desperdício na escola, há que se intervir para melhorar a aceitação dos itens oriundos da agricultura familiar, especialmente os tubérculos, para permitir uma ampliação responsável das compras públicas desses itens, que estão disponíveis em maior quantidade de produção pelos agricultores locais.

## **5.2. Atividades em Campo**

As atividades realizadas com os estudantes foram do tipo educativas lúdicas, adaptadas à faixa etária pré-escolar. Já existe grande número de compilados de atividades educacionais voltadas para educação alimentar e nutricional (EAN) em escolares de forma geral e também direcionadas ao PNAE, no entanto não foi encontrado material semelhante com direcionamento para a agricultura familiar. Portanto, as atividades desenvolvidas nesse estudo foram adaptadas, referenciando os alimentos tradicionalmente produzidos na região, para estimular a sua aceitação.

Foram planejadas e realizadas com os estudantes da pré-escola Professora Natália Velame as seguintes atividades, posteriormente descritas com detalhamento:

- Mão na massa: oficina de culinária infantil;
- Gincana da Alimentação: brincadeiras com abordagem de temas relacionados à alimentação saudável;
- O verdinho não é vilão: atividade de plantio de hortaliças na escola;
- Dia de Feira: exposição de itens da agricultura familiar produzidos no município.

As atividades supramencionadas de educação alimentar e nutricional (EAN) foram realizadas pela autora do estudo, que tem formação em nutrição, utilizando-se de abordagem lúdica, considerando a faixa etária dos alunos e direcionada ao propósito de estimular a aceitação dos itens da agricultura familiar. Vale salientar que todos os alunos presentes nos dias de intervenção participaram das atividades, visto que não houve objeção de liberação dos responsáveis.

### **Mão na massa: oficina de culinária infantil**

A atividade “Mão na massa: oficina de culinária infantil” foi desenvolvida com todos os alunos da pré-escola Professora Natália Velame, presentes no dia da intervenção e que haviam sido autorizados pelos responsáveis por meio do TCLE. Realizou-se no dia 07/11/2023, nos 2 turnos letivos, pela manhã com todas as turmas matutinas reunidas e pela tarde, com todas as turmas vespertinas reunidas.

A preparação escolhida para a oficina foi o “bolo de inhame”, por se tratar de uma receita que contém como seu principal ingrediente um tubérculo (inhame), item previamente definido como objeto de intervenção das atividades educativas. A adaptação da oferta no formato de bolo também foi ponderada e positivamente

avaliada, por se tratar de uma preparação (bolo) bem aceita pelas crianças e com etapas de preparação bem definidas em que elas poderiam estar envolvidas.

A receita escolhida foi considerada inovadora para o cardápio escolar, já que era desconhecida pela merendeira e nunca antes havia sido ofertada na alimentação escolar. Dessa forma, as oficinas culinárias foram direcionadas aos alunos e também à merendeira escolar, com o intuito principal de testar a aceitação da preparação para posterior incorporação no cardápio escolar. O intuito foi gerar alternativas mais saudáveis para preparações que já são bem aceitas, como os bolos, e também oportunizar que alimentos saudáveis que são rejeitados em sua forma de apresentação tradicional sejam reconsiderados.

Antes de iniciar a oficina, a pesquisadora e também nutricionista da unidade escolar, abordou de forma lúdica a qualidade nutricional do inhame, utilizando cartões que circulavam entre os alunos enquanto as explicações eram realizadas.

**Imagem 1. Cartões educativos utilizados na oficina culinária.**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

A receita do “Bolinho de Inhame” também foi disponibilizada em cartão plastificado para que as crianças tivessem acesso durante a execução da receita, já que o intuito da oficina era que eles participassem de todas as etapas de preparação. Para que os alunos conseguissem compreender, os ingredientes e o modo de preparo foram representados de forma lúdica e adequada à compreensão da faixa etária, sendo prioritariamente ilustrada, já que as crianças não eram ainda alfabetizadas.

**Imagem 2. Receita do Bolinho de Inhame adaptada à faixa etária (ilustrada).**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

A receita também foi disponibilizada para todos os alunos via agenda escolar, dessa forma os familiares, além de terem conhecimento da atividade realizada, poderiam reproduzir a receita em casa.

**Imagem 3: Receita do Bolinho de Inhame disponibilizada na agenda escolar.**



# Bolinho de Inhame

**Ingredientes:** 2 xícaras de inhame cru picado; 3 ovos; 3 xícaras de farinha de trigo; ½ xícara de óleo; 1 xícara de leite ou água; 1 ½ xícara de açúcar; 1 colher de sopa de fermento.

**Preparo:** Bata no liquidificador o inhame, os ovos, o leite, o açúcar e o óleo até obter um creme liso. Em um recipiente junte a farinha, a mistura do liquidificador, o fermento e homogeneíze.

Pré aqueça o forno. Despeje a massa em forma untada e asse em forno a 180° C. Espere esfriar um pouco e está pronto o seu bolo! Fica uma delícia!

**Agricultura Familiar na Alimentação Escolar!**




Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Todos os alunos presentes tiveram a oportunidade de participar de alguma fase da preparação da receita. Essa inclusão mostrou-se muito importante, pois eles sentiram-se responsáveis por todo o processo de execução e ficaram ansiosos em ver o resultado final do trabalho deles. Após o bolo pronto, todos os alunos aceitaram experimentar a preparação, mesmo os alunos que não aceitavam o inhame quando oferecido da forma tradicional (cozido com algum acompanhamento). A aceitação da preparação foi classificada pela merendeira como muito boa, pois não houve desperdício e muitos pediram para repetir a refeição.

Imagem 4. Organização dos ingredientes para a Oficina Culinária.



Fonte: Registro da autora (2024).

Imagem 5. Crianças aguardando o início da Oficina Culinária.



Fonte: Registro da autora (2024).  
Imagem 6. Crianças preparando o bolo de inhame.



Fonte: Registro da autora (2024).

**Imagem 7. Crianças experimentando o bolo de inhame.**



Fonte: Registro da autora (2024).

### **Gincana da Alimentação**





Fonte: Registro da autora (2024).

Como introdução à brincadeira “Onde nasceu meu alimento?”, a autora deste estudo e também nutricionista da unidade escolar, estabeleceu um diálogo descontraído com as crianças, perguntando se elas já haviam visto plantas frutíferas, hortas, plantações; se sabiam como era a planta que dava o tomate, a abóbora, a melancia, a manga, etc. As crianças participaram ativamente dessa etapa da atividade, muitas conheciam as plantas e a origem dos alimentos e deram importantes contribuições para a brincadeira que viria a seguir.

Imagem 10. Diálogo com as crianças sobre a origem dos alimentos.



Fonte: Registro da autora (2024).

Posteriormente, os alunos foram se voluntariando para participar da brincadeira. Alguns participaram escolhendo a figura da fruta ou legume, outros identificando a origem dos alimentos, outros coloram a figura no painel e outros participaram dando dicas, o importante foi que todos sentiram-se envolvidos na atividade. Ao final da atividade, todos demonstraram compreender a origem dos alimentos e a importância de valorizar os alimentos *in natura*.

**Imagem 11. Alunos participando da atividade “Onde nasceu meu alimento?”.**



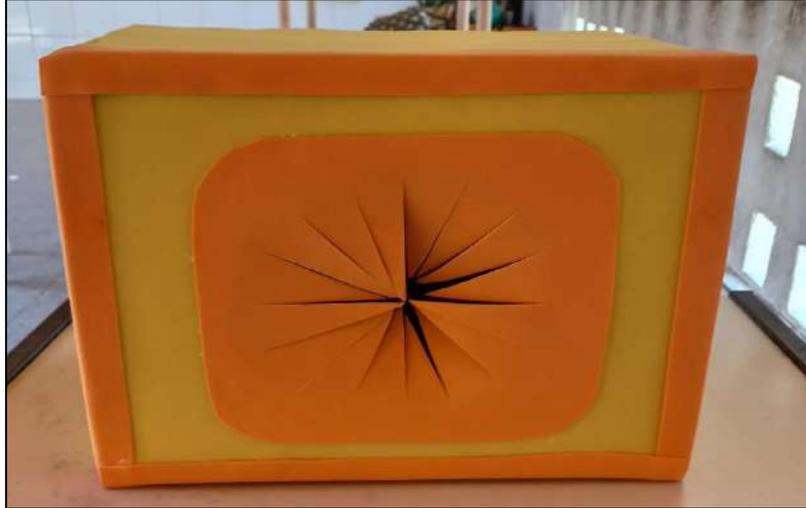
**Fonte:** Registro da autora (2024).

Na segunda brincadeira, atividade complementar à primeira, uma caixa surpresa foi utilizada. A caixa surpresa era uma caixa decorada, com uma abertura frontal onde era possível colocar as mãos e sentir o que havia lá dentro, para tentar adivinhar qual alimento era, através do toque e das dicas que iam sendo dadas pela monitora. O participante era vendado, assim não via o alimento que era colocado na caixa, mas as demais crianças viam e davam dicas para ajudar o colega a adivinhar.

Da mesma forma que nas demais atividades, a ideia principal era valorizar a produção da agricultura familiar, portanto os alimentos utilizados foram oriundos da produção local. Assim como na brincadeira “Onde nasceu meu alimento?”, os alunos foram se voluntariando para participar e, enquanto alguns participaram tentando

adivinhar qual era o alimento escondido na caixa, outros participaram dando dicas junto com a monitora para ajudar o colega a adivinhar “Que alimento é esse?”.

**Imagem 12. Caixa surpresa utilizada na atividade “Que alimento é esse?”.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

Foram utilizados nessa atividade: inhame, aipim, batata doce, batata inglesa, cenoura, cebola, tomate, manga, goiaba, abacaxi e banana da prata. Depois de identificar os alimentos, os alunos eram questionados sobre a localização dos alimentos em relação à origem, utilizando o painel da primeira brincadeira.

**Imagem 13. Alunos participando da atividade “Que alimento é esse?”.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

## O verdinho não é vilão: horta escolar

A horta escolar já figura como importante estratégia de educação alimentar e nutricional (EAN) desde a publicação da portaria interministerial nº 1010/2006, que propôs como um dos seus eixos prioritários para a promoção da EAN o estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação escolar oferecida (Brasil, 2006).

Nesse contexto, pareceu muito oportuna a implantação de uma horta escolar na pré-escola Professora Natalia Velame, para utilização do alimento produzido como ferramenta pedagógica voltada para as ações de EAN, especialmente para as atividades de estímulo à aceitação dos alimentos da agricultura familiar local.

A implantação da horta na escola aconteceu no dia 21/11/2023 e se deu com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que já havia implantado hortas em outras unidades escolares. A seleção dos alimentos para cultivo levou em consideração a existência da cultura na produção da agricultura familiar local e também o tempo que levaria para germinar e aparecer as primeiras mudas, visto que como era final de ano, havia o desejo de que antes que as aulas fossem encerradas as crianças tivessem contato com as plantas.

**Imagem 14. Leiras prontas para o plantio das sementes e das mudas.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

Foram escolhidos para o cultivo na unidade escolar: cenoura, beterraba, tomate, alface, couve folha, coentro e cebolinha. Os alunos tiveram oportunidade de participar da etapa de plantio e das regas diárias, conforme mostram as imagens relacionadas.

**Imagem 15. Estudantes participando do processo de plantio da horta escolar.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

Assim como nas demais atividades desenvolvidas, os alunos presentes tiveram a oportunidade de participar ativamente de todo o processo de implantação da horta escolar. Como o plantio aconteceu no turno da manhã, os alunos do turno vespertino não participaram do processo de plantio, mas participaram das atividades de rega e cuidados que foram desenvolvidos no dia da implantação e nos dias seguintes, até o recesso escolar.

O processo de plantio também foi explorado de forma educativa pela autora, que é nutricionista da unidade escolar. Na oportunidade discutiu-se a importância do consumo dos alimentos *in natura* e como os alimentos podem contribuir para a saúde. Aos alunos, questionou-se quem já havia plantado alimentos, quem tinha horta em casa ou quem tinha acesso a plantios em outros lugares. Mais uma vez, a participação dos estudantes foi contagiante.

**Imagem 16. Estudantes fazem a identificação das culturas em cada leira (1).**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

**Imagem 17. Estudantes fazem a identificação das culturas em cada leira (2).**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

**Imagem 18. Estudantes realizam os cuidados com a horta escolar.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

**Imagem 19. Funcionário da Secretaria de Agricultura apoiando os cuidados com a horta.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

Conforme sugerido pela portaria interministerial nº 1010/2006, que propõe a utilização dos alimentos produzidos na horta na produção das refeições oferecidas na escola, a merendeira foi orientada a fazer uso dos itens sempre que possível. E assim sendo, solicitar que as crianças façam a colheita e leve para a cozinha, estimulando assim a aceitação das refeições produzidas (Brasil, 2006).

**Imagem 20. A horta escolar enriquecendo as preparações da alimentação escolar.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

## Dia de feira

A atividade educativa “Dia de Feira” fechou o ciclo de atividades na pré-escola Professora Natalia Velame. Com o intuito de fazer a aproximação dos alunos com os itens produzidos pela agricultura familiar local, fez-se uma exposição no pátio da escola, reproduzindo uma feira livre. Os alunos receberam cédulas de dinheiro de brinquedo e puderam fazer as compras para a hora do lanche.

Imagem 21. Representação da feira livre montada na escola.



Fonte: Registro da autora (2024).

Todos os itens expostos na feira livre da escola estão incluídos na chamada pública do município e são entregues na escola pelo agricultor familiar. No entanto, durante a distribuição dos gêneros os alunos não tem acesso a esses itens antes do preparo ou porcionamento. Na atividade educativa da feira livre eles tiveram liberdade de explorar os alimentos e escolher os que mais os agradavam.

**Imagem 22. Estudantes com cédulas de brinquedo fazendo compras.**



Fonte: Registro da autora (2024).

**Imagem 23. Estudantes escolhendo os itens para o lanche escolar.**



Fonte: Registro da autora (2024).

**Imagem 24. Distribuição das frutas da atividade “Feira Livre” no lanche escolar.**



**Fonte:** Registro da autora (2024).

### **5.3. Construção do Manual de Práticas Educativas**

As atividades realizadas na Escola Municipal Professora Natália Pedra Velame foram organizadas e compiladas numa publicação em formato online, com o título de “Manual de Práticas Educativas: Agricultura Familiar no Prato Escolar”, que tem como objetivo principal instrumentalizar os diversos atores da alimentação escolar para estimular a aceitação alimentar dos gêneros produzidos e fornecidos pela agricultura familiar, permitindo assim a expansão das compras públicas.

Os critérios prioritariamente adotados em todas as etapas do trabalho de confecção do manual foram a facilitação da leitura e a simplificação visual do conteúdo, visando garantir a compreensão do futuro leitor. Portanto, o material foi fundamentado no emprego de uma linguagem simples e objetiva, com conteúdo adequado ao público alvo do manual, associado à adoção de um design atraente, com cores que remetam à temática da Agricultura Familiar.

A confecção do material seguiu os seguintes passos:

- a) Pesquisa bibliográfica e documental, para garantir a fidedignidade do embasamento técnico/ teórico;
- b) Adequação do conteúdo técnico científico para uma linguagem mais clara e simples, mais acessível e compreensível para todos os atores PNAE e profissionais envolvidos direta ou indiretamente na alimentação escolar;
- c) Sistematização e organização do conteúdo gerado pelo estudo para conceber o manual;
- d) Formatação gráfica do manual por meio do aplicativo Canva®, realizado pela própria autora do estudo.
- e) Validação do manual por painel de profissionais selecionados.

Durante a confecção do manual considerou-se a necessidade de incluir algumas ilustrações além das fotografias das atividades realizadas na escola, com o objetivo de tornar a leitura descontraída e de mais fácil compreensão (Echer, 2005).

Definiu-se que seriam incluídas ilustrações prontas, selecionadas mediante consulta a imagens disponibilizadas pelo aplicativo Canva®, relacionadas à temática. Após a seleção das figuras, foi realizado um processo de edição e diagramação das ilustrações com o objetivo de dispô-las no texto.

Estabeleceu-se o uso de fontes em tamanho maior que as usualmente utilizadas em documentos de texto, com contrastes de cores que facilitassem a visualização, para garantir uma boa leitura mesmo através de computadores ou aparelhos celulares, já que o manual, divulgado no formato *Portable Document Format* (PDF), deverá ser prioritariamente compartilhado de forma online.

Houve atenção à quantidade de informações inseridas no material porque a inclusão de todo conteúdo gerado pelo estudo tornaria o material extenso. Dessa forma, deu-se prioridade às informações relevantes, pois os textos técnicos e extensos dificultam a compreensão das informações por parte dos leitores, considerando principalmente que o manual deve ser acessível para todos os atores do PNAE, não apenas para nutricionistas (Doack *et al.* 1996 *apud* Reberte, 2008).

#### 5.4. Validação do Manual de Práticas Educativas

Uma versão preliminar do manual de práticas foi submetida à validação através de um questionário formulado e respondido via *Google Forms*® (Apêndice E), enviado via aplicativo WhatsApp® para profissionais previamente selecionados. Doze pessoas foram convidadas para participar da validação do manual e considerou-se pré-requisito para participação no processo atender pelo menos um dos seguintes critérios: atuar profissionalmente ou como pesquisador no PNAE; ter experiência na construção ou avaliação de materiais educativos e/ou ter experiência na execução de atividades educativas com o público infantil.

É importante frisar que não existe na literatura um número mínimo de participantes para montar um painel de validação (Avella, 2016). Dessa forma, participaram dessa etapa 8 (oito) profissionais: 02 (dois) Nutricionistas Responsáveis Técnicos PNAE, 01 (uma) Diretora do Departamento de Alimentação Escolar, 01 (uma) Técnica em Alimentação e Nutrição funcionária do Departamento de Alimentação Escolar, 02 (duas) Nutricionistas com experiência em PNAE, 01 (uma) Merendeira, 01 (uma) Nutricionista Assessora do Centro Colaborador de Alimentação e Nutrição (CECANE/ UFRB).

Considerando que o manual é direcionado aos diversos atores do PNAE, que na prática profissional podem contribuir com o estímulo à aceitação dos itens da agricultura familiar no espaço escolar, uniu-se na mesma validação profissionais com expertise e experiência no PNAE, necessários na avaliação do conteúdo técnico do material, e profissionais envolvidos na execução do programa, público alvo do manual, que não necessariamente possuem formação específica na área de nutrição ou área correlata, mas que precisam avaliar o manual em relação ao nível de compreensão e a sua aplicabilidade.

Foi enviado previamente aos avaliadores uma mensagem individual contendo um convite de participação, a versão preliminar do manual, um roteiro de instruções e o link de acesso ao questionário *online*. O questionário *online* trazia de forma sucinta uma breve descrição da pesquisa, destacando os objetivos do estudo e do manual, para contextualizar os avaliadores.

O questionário permitiu que os participantes na validação fizessem recomendações quanto à estrutura, conteúdo, linguagem, ilustrações e aplicabilidade prática, classificando cada item em adequado, parcialmente adequado ou

inadequado, com um espaço reservado para o registro das recomendações no caso dos itens considerados parcialmente adequados ou inadequados, ou para observações adicionais, que porventura não foram contempladas na avaliação.

O item “conteúdo” foi abordado com perspectivas diferentes para os profissionais com expertise e experiência no PNAE e os demais profissionais. Enquanto o primeiro grupo avaliou de forma técnica o conteúdo, considerando se o mesmo estava de acordo com as diretrizes técnicas do programa e com o conhecimento científico prático, o segundo grupo considerou a relevância do conteúdo para o cumprimento do objetivo do manual. Essa diferença estava discriminada no enunciado do questionamento.

A validação de um material educativo é uma etapa crucial que permite ajustar o seu conteúdo e os demais componentes à abordagem de trabalho do público alvo. A participação dos profissionais especialistas no processo de validação do manual foi essencial, pois observa-se que mesmo baseando a construção do material na literatura científica, são esses profissionais os detentores de conhecimentos práticos, que aliados ao conhecimento científico aprimoram o conteúdo, aproximando-o da realidade.

Neste mesmo caminho, a participação dos profissionais envolvidos na rotina da alimentação escolar fez-se essencial para a avaliação da pertinência do manual e dos conteúdos abordados, visto que esses profissionais que não possuem formação específica no PNAE ou mesmo em nutrição, são os profissionais cotidianamente presentes na materialização da alimentação escolar e indispensáveis para o processo de educação alimentar e nutricional.

Para a análise dos dados obtidos na validação, foram considerados validados os tópicos classificados como “adequados” por no mínimo de 75% dos avaliadores. Esses itens foram mantidos no manual da forma como foi apresentado na versão para avaliação. Os itens com índice de concordância menor que 75% foram considerados dignos de alteração e revistos, de acordo com as recomendações e observações adicionais disponíveis nos questionários, aos quais os avaliadores foram orientados a preencher nas vezes em que considerou o tópico “parcialmente adequado” ou “inadequado” (Galdino *et al.*, 2018). O resultado da validação está demonstrado no Quadro 4.

**Quadro 4. Classificação dos itens da validação do Manual de Práticas.**

Item	% de itens		
	Adequado	Parcialmente Adequado	Inadequado
<p><b>Estrutura e Apresentação</b></p> <p>A estrutura do manual apresenta elementos pré-textuais (capa, apresentação e sumário); elementos textuais (tópicos de conteúdo) e elementos pós-textuais (referências) suficientes para uma boa apresentação do material e organização das ideias.</p>	100%	0%	0%
<p><b>Conteúdo</b></p> <p><u>Profissionais especialistas:</u> o conteúdo apresentado possui validade e adequação das informações.</p> <p><u>Profissionais escolares:</u> O conteúdo cumpre com o objetivo proposto pelo manual de influenciar positivamente a execução de atividades educativas que promovam a aceitação dos alimentos da agricultura familiar na alimentação escolar.</p>	100%	0%	0%
<p><b>Linguagem</b></p> <p>A linguagem utilizada é clara e objetiva, permitindo compreensão do conteúdo pelo público alvo.</p>	87,5%	12,5%	0%
<p><b>Ilustração</b></p> <p>As ilustrações utilizadas no manual contribuem para o entendimento do conteúdo e/ou torna a leitura mais dinâmica e agradável.</p>	87,5%	12,5%	0%
<p><b>Aplicabilidade</b></p> <p>O conteúdo apresentado e as atividades propostas no manual são exequíveis nas unidades escolares de educação infantil.</p>	100 %	0%	0%

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

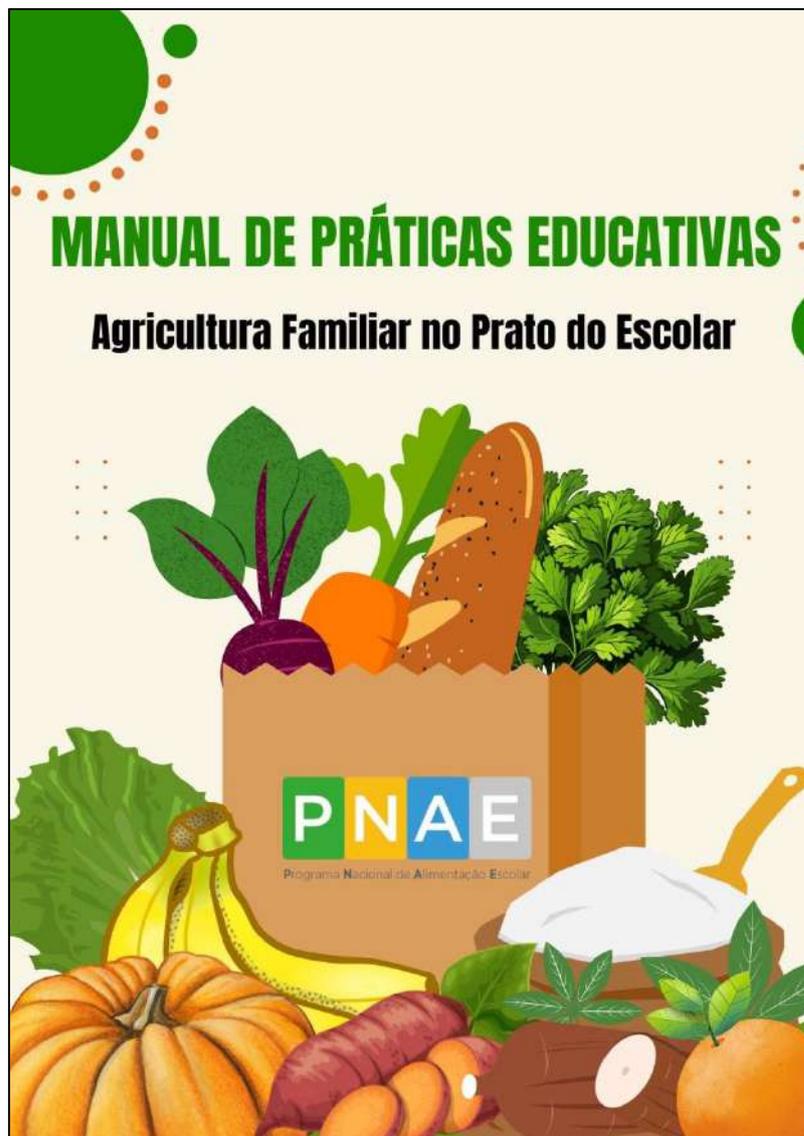
Em relação à validação do manual, nenhum tópico recebeu avaliação inferior à 75% de adequação. Além da classificação de cada tópico como “adequado”, “parcialmente adequado” ou “inadequado”, os profissionais emitiram sugestões, críticas e recomendações, que pudessem ser incorporadas ao manual melhorando e enriquecendo seu conteúdo, assim foram revistos no manual conforme sugestão de um avaliador a “diminuição dos textos”, “linguagem menos acadêmica” e “mais diversidade nas ilustrações”.

### 5.5. Versão Final do Manual

A versão final do material educativo, após os ajustes decorrentes do processo de validação, compôs-se em um manual contendo no total de 35 páginas. Trata-se do Manual de Práticas Educativas: Agricultura Familiar no Prato Escolar, em formato digital em *Portable Document Format* (PDF).

A cor em destaque no material educativo, inclusive para a ilustração da capa, é a cor verde, fazendo uma alusão ao objeto de pesquisa e tema do material educativo que é a agricultura familiar. Na capa, além do título do manual, há uma ilustração que foi escolhida e adaptada considerando os itens produzidos pela agricultura familiar local presentes na chamada pública: beterraba, cenoura, pão, coentro, couve, alface, abóbora, banana da prata, batata doce, aipim, farinha de mandioca e laranja.

**Imagem 25. Capa (Manual de Práticas Educativas).**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Após a capa, a contra capa, a ficha catalográfica e as informações de autoria e orientação, encontra-se a “Apresentação”, que de forma sucinta apresenta o material educativo, destacando o objetivo geral deste trabalho que é o fortalecimento da Agricultura Familiar e informa a relação da produção editorial com o trabalho de

conclusão de mestrado da autora. Na ilustração da apresentação, bem como nas demais ilustrações, teve-se o cuidado de escolher cultivos tradicionais da localidade.

**Imagem 26. Apresentação (Manual de Práticas Educativas).**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Em seguida encontra-se a apresentação da autora, na seção “Sobre a autora”, onde as motivações profissionais para a escolha do tema de pesquisa e da construção do produto foram pautadas.

**Imagem 27. Sobre a Autora (Manual de Práticas Educativas).**

# Sobre a autora

Sou nutricionista do PNAE desde que me formei pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2011. De lá pra cá acumulei a experiência de conhecer a execução do programa em 4 municípios muito diferentes e pude vivenciar importantes avanços, inclusive ver a Agricultura Familiar enriquecer a alimentação escolar.

Assumir a responsabilidade pelo programa na educação infantil me fez olhar para o PNAE por uma outra perspectiva. Embora já reconhecesse a importância de expandir a inserção da Agricultura Familiar no programa, me esbarrei na baixa aceitação infantil dos alimentos tradicionais comercializados pelos agricultores locais.

Assim, cheguei ao mestrado, impulsionada pela vontade de contribuir com a valorização da Agricultura Familiar no PNAE em todas as suas etapas, do planejamento até o consumo da refeição pelo escolar.

E foi assim que nasceu a ideia de construir um manual para incentivar e orientar outros profissionais numa execução do programa engajada com a promoção da agricultura familiar e de uma alimentação saudável.



5

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Na sequência, encontra-se sumário do manual, onde se apresenta elencados todos os tópicos abordados no corpo do material educativo bem como as suas respectivas páginas, trazendo previsibilidade sobre o que o leitor vai encontrar no material, além de possibilitar que se busque pela página diretamente um tópico específico. A ilustração do sumário faz menção ao trabalho do agricultor familiar, representando 5 (cinco) agricultores carregando cestos de frutas. Essa ilustração também foi adaptada, para conter apenas frutas condizentes com a produção local do município da pesquisa.

Imagem 28. Sumário (Manual de Práticas Educativas).



Sumário

- 07 Introdução
- 09 Conhecendo o PNAE
- 10 A Lei da Merenda Escolar
- 12 Compras Públicas: A Chamada Pública
- 13 Atores do PNAE
- 15 Nutricionista PNAE
- 16 Educação Alimentar e Nutricional no PNAE
- 17 Sugestões de Atividades Educativas
- 32 Considerações Finais
- 34 Referências

Ilustração de cinco crianças (meninos e meninas) caminhando e segurando cestas com frutas frescas, representando a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação saudável.

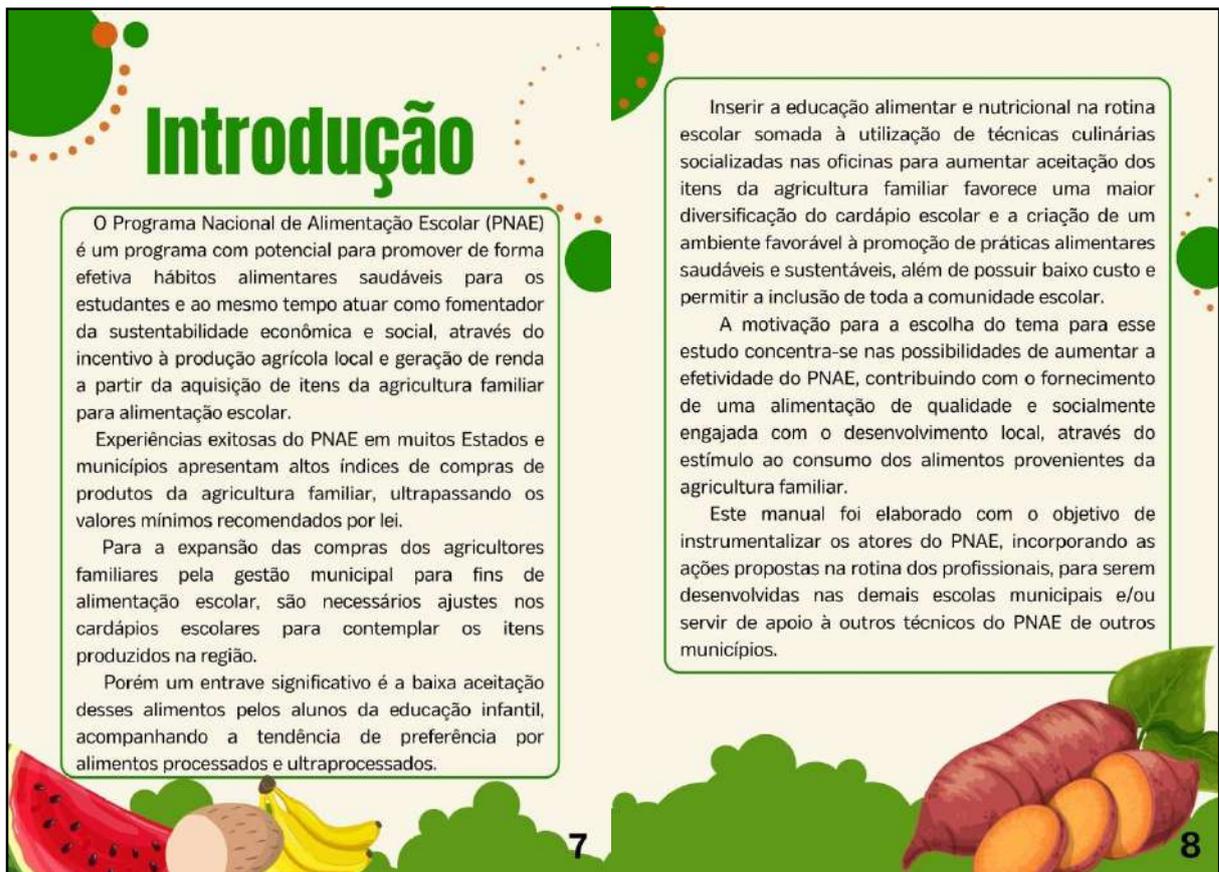
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os tópicos selecionados para compor o manual foram organizados partindo das informações mais gerais pertinentes à execução do PNAE até as sugestões de atividades educativas para execução nas escolas. O objetivo dessa organização é permitir que o conteúdo seja compreendido e que ao final da leitura do manual os mais diversos profissionais, com ou sem formação específica na área de nutrição, conheçam o programa e seus objetivos, a ligação do PNAE com a agricultura familiar e que estejam instrumentalizados para executar ações que estimulem as práticas alimentares saudáveis, focadas no fomento à produção familiar local.

Após a apresentação encontra-se a seção de introdução. Neste tópico o assunto abordado ao longo do manual de práticas é apresentado de forma resumida,

como cabe neste tipo de material educativo, destacando a relevância do tema abordado e a justificativa tanto para o estudo que norteou a confecção do material educativo, quanto para a produção do manual em si, inclusive a delimitação do público alvo e os objetivos desta produção editorial. Na ilustração utilizou-se imagens de melancia, inhame, banana da prata e batata doce, itens habitualmente comercializados pela agricultura familiar local para o PNAE.

**Imagem 29. Introdução (Manual de Práticas Educativas).**



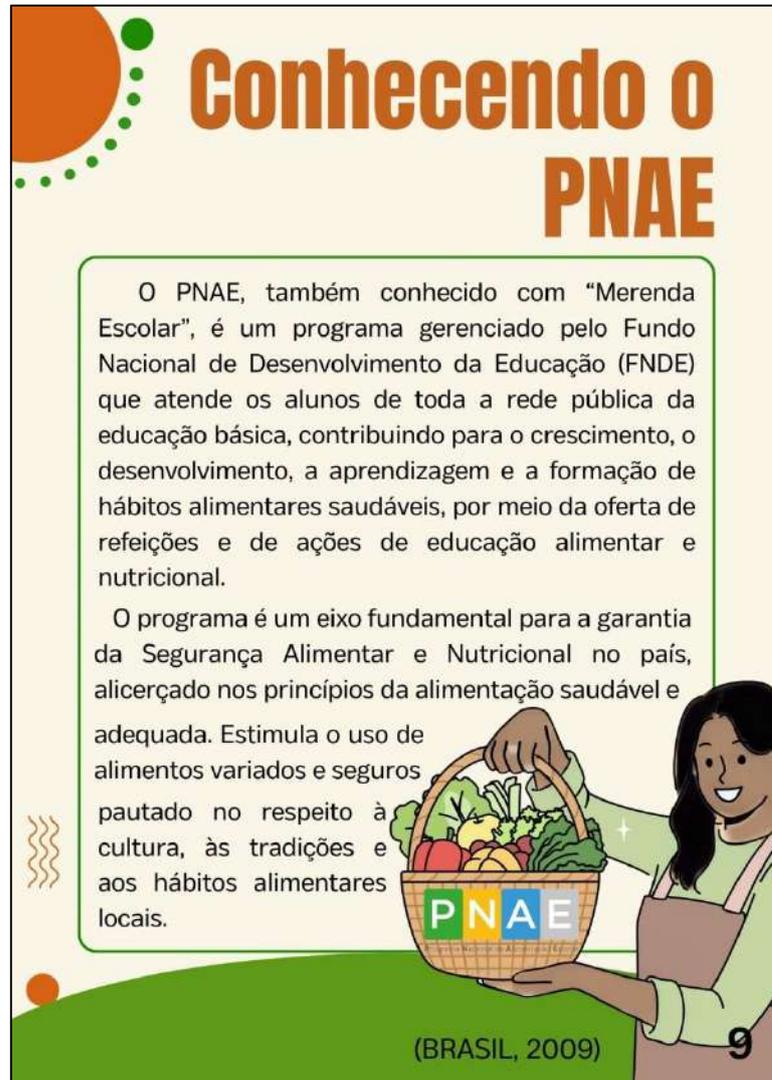
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

“Conhecendo o PNAE” é o tópico seguinte apresentado no manual, apresentando de forma bastante resumida o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sua relação com a promoção de Segurança Alimentar e nutricional no país, com a ilustração de uma agricultora familiar carregando uma cesta sortida de produtos com identificação do PNAE.

Como nem todas as pessoas que terão acesso ao manual conhecem profundamente o programa é indispensável apresentá-lo, considerando a dimensão da alimentação escolar como um direito garantido por lei, desmistificando a ideia da

“merenda escolar” como uma medida assistencialista. Essa formação é indispensável para que os profissionais que executam o programa atuem no sentido de fortalecer o PNAE e os seus princípios e diretrizes.

**Imagem 30. Conhecendo o PNAE (Manual de Práticas Educativas).**



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

A temática das compras públicas é abordada no manual em duas seções, tanto na seção “A Lei da Merenda Escolar”, que informa sobre a previsão legal das compras públicas da agricultura familiar pelo PNAE na Lei nº 11.947/2009, quanto na seção “Compras Públicas: A Chamada Pública”, que aborda mais especificamente esse processo de compra e faz um alerta sobre a obrigatoriedade do emprego de pelo menos 30% dos recursos federais transferidos ao PNAE nessa modalidade.

**Imagem 31. A Lei da Merenda Escolar (Manual de Práticas Educativas).**



**Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009  
A Lei da Merenda Escolar**

Desde o ano de 2009 que é lei empregar, pelo menos, 30% dos recursos repassados pelo FNDE para o PNAE, na compra de produtos da agricultura familiar através dos processos de chamada pública.

Um dos objetivos dessa lei foi reconhecer o papel socioeconômico da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil e ampliar os mercados para a comercialização da produção familiar à valores justos.

Neste contexto, além de garantir o fornecimento de uma alimentação adequada e saudável para os escolares, a lei 11.947/2009 gerou a oportunidade de influenciar o sistema alimentar e fomentar o desenvolvimento econômico e social da região.

(BRASIL, 2009)

**É LEI! A AGRICULTURA FAMILIAR DEVE SER INCLUÍDA NO PNAE.**



**! Você sabia que os recursos que não forem adequadamente empregados na agricultura familiar deverão ser devolvidos ao FNDE?**

Pois é! Durante a prestação de contas, se o município não comprovar o emprego de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE em compras de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, deverá devolver aos cofres da autarquia a diferença do valor!

Ou seja, sem a inserção da agricultura familiar no PNAE, todo mundo sai perdendo, o aluno, a entidade executora e o agricultor familiar.

(BRASIL, 2022)



**10**



**11**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 32. Compras Públicas: A Chamada Pública (Manual de Práticas Educativas).

? ? **E como devem ser realizadas as compras da agricultura familiar?**



**COMPRAS PÚBLICAS**  
**A Chamada Pública**

Nas compras da agricultura familiar no PNAE substituiu-se o modelo tradicional dos processos licitatórios pela Chamada Pública, que é um procedimento administrativo formal e simplificado, destinado à compra de gêneros alimentícios provenientes dos empreendedores familiares rurais ou suas organizações.

Na chamada pública, diferentemente do processo licitatório convencional, o preço dos produtos não é elemento de concorrência e já deve estar definido e explícito no edital do processo.

Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

**PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A CHAMADA PÚBLICA, VISITE:**  
[https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CadernoDeComprasAF\\_PNAE.pdf](https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/CadernoDeComprasAF_PNAE.pdf)

(BRASIL, 2022)



**12**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O manual tem o objetivo de alcançar o maior número de atores PNAE, para garantir que haja um engajamento coletivo e significativo na promoção de uma alimentação mais saudável e baseada nos alimentos produzidos pela agricultura familiar local. Dessa forma, identificar esses atores dentro do contexto municipal e elencar o que se espera de cada um para colaborar com o fomento à agricultura por meio do PNAE foi o objetivo da seção “Você é ator PNAE?”.

Nesta seção destaca-se as ações esperadas de cada um dos atores para promover a agricultura familiar dentro do seu espaço de atuação profissional, a partir da pergunta norteadora “Qual o seu papel no cumprimento da Lei nº 11.947/2009?”. Considerou-se como atores estratégicos no fomento da agricultura familiar no PNAE a secretaria de agricultura, a secretaria de educação, a assistência técnica/ extensão rural, os nutricionistas do PNAE, os merendeiros e os professores.

As ilustrações utilizadas na primeira página (pág. 12) seguiram a regra de representar alimentos produzidos localmente (repolho, tomate e cenoura) e a segunda página (pág. 13) foi ilustrada pela gravura de uma merendeira com um balão de fala dizendo: “Eu sou merendeira e nas minhas preparações coloco amor e muitos ingredientes saudáveis”.

Imagem 33. Você é ator PNAE? (Manual de Práticas Educativas).

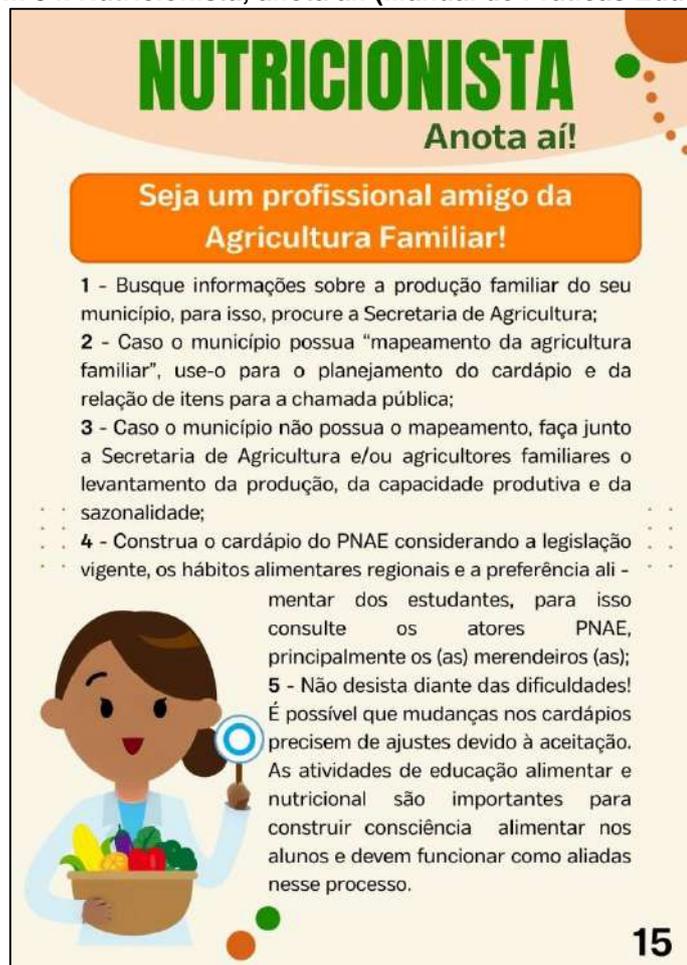


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Embora todos os profissionais citados como atores PNAE tenham importante papel na promoção de hábitos alimentares saudáveis entre os alunos, baseados nos hábitos e culturas regionais, o papel do nutricionista recebeu destaque no manual, por tratar-se de um profissional envolvido em várias etapas desse processo, desde a mobilização dos agricultores e às adaptações no cardápio, até a participação na construção do edital da chamada pública.

Desse modo, reservou-se uma seção no manual com o título de “Nutricionista, anota aí!”, que traz em 5 tópicos, orientações para que o profissional nutricionista do PNAE atue como um “profissional amigo da agricultura familiar”. Os tópicos são descritos num formato cronológico de passo a passo que será muito útil especialmente para os profissionais recém-formados ou em processo de formação e mesmo para aqueles profissionais recém chegados no PNAE. Usou-se para ilustrar uma imagem de uma nutricionista com um cesto de alimentos regionais numa mão e uma lupa na outra, passando a ideia de ser essa uma seção que merece bastante atenção.

**Imagem 34. Nutricionista, anota aí! (Manual de Práticas Educativas)**



**NUTRICIONISTA**  
Anota aí!

**Seja um profissional amigo da Agricultura Familiar!**

- 1 - Busque informações sobre a produção familiar do seu município, para isso, procure a Secretaria de Agricultura;
- 2 - Caso o município possua "mapeamento da agricultura familiar", use-o para o planejamento do cardápio e da relação de itens para a chamada pública;
- 3 - Caso o município não possua o mapeamento, faça junto a Secretaria de Agricultura e/ou agricultores familiares o levantamento da produção, da capacidade produtiva e da sazonalidade;
- 4 - Construa o cardápio do PNAE considerando a legislação vigente, os hábitos alimentares regionais e a preferência alimentar dos estudantes, para isso consulte os atores PNAE, principalmente os (as) merendeiros (as);
- 5 - Não desista diante das dificuldades! É possível que mudanças nos cardápios precisem de ajustes devido à aceitação. As atividades de educação alimentar e nutricional são importantes para construir consciência alimentar nos alunos e devem funcionar como aliadas nesse processo.

**15**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esse estudo aborda a educação alimentar e nutricional (EAN) como estratégia a ser executada com o objetivo de melhorar a aceitação dos itens da agricultura familiar por parte dos estudantes da pré-escola e assim permitir uma expansão das compras dos agricultores familiares pelas entidades executoras do PNAE. Por conseguinte, com o intuito de estimular e fortalecer a EAN nas unidades escolares, o manual trouxe a seção “Educação Alimentar e Nutricional no PNAE”. Nessa seção abordou-se temática, destacando os marcos legais que norteiam e validam a inserção dessas atividades nas escolas.

Imagem 35. Educação Alimentar e Nutricional no PNAE (Manual de Práticas Educativas).

**Educação Alimentar e Nutricional no PNAE**

Em 2012 foi publicado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas e em 2013 a Resolução nº 26 do FNDE, que traz como **competência do nutricionista do PNAE coordenar e realizar, em conjunto com a direção e com a coordenação pedagógica da escola,** ações de educação alimentar e nutricional, voltadas para a formação de hábitos alimentares saudáveis, além de propor reflexões para além dos fatores nutricionais (BRASIL, 2014).

Inserir a educação alimentar e nutricional na rotina escolar, com atividades direcionadas e de forma transversal ao conteúdo pedagógico, somada à utilização de técnicas culinárias socializadas nas oficinas para aumentar aceitação dos itens da agricultura familiar, favorece uma maior diversificação do cardápio escolar e a criação de um ambiente favorável à promoção de práticas alimentares saudáveis e sustentáveis.

**QUANTO MAIS GENTE ENVOLVIDA NO PROCESSO DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, MELHOR! CHAME A DIREÇÃO, COORDENAÇÃO, PROFESSORES, MERENDEIROS, ETC!**

16

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em seguida, o manual traz um compilado com as atividades que foram executadas na escola piloto durante a execução desta pesquisa ação, no formato de sugestões para execução em outras turmas, outras escolas e até mesmo outros municípios. A seção denominada “Sugestões de Atividades Educativas”, tem por objetivo apresentar atividades que possam ser empregadas para estimular o consumo dos itens da agricultura familiar na educação infantil.

Além da utilização de figuras animadas para ilustrar a seção, após a apresentação do passo a passo das atividades pode-se visualizar os registros feitos durante a realização das ações na escola piloto do estudo. A exposição de fotografias e/ou vídeos das atividades desenvolvidas envolvendo as crianças foi previamente autorizada pelos responsáveis mediante assinatura do TCLE, para uso exclusivo no âmbito da pesquisa em questão e para a confecção do produto específico “cartilha ou manual”.

Imagem 36. Atividade Oficina Culinária (Manual de Práticas Educativas).

## ATIVIDADE Oficina Culinária

**Nome da Atividade:** Mão na Massa.

**Objetivo:** Aumentar a aceitação de itens da agricultura familiar, através da mudança na forma de preparo ou da apresentação.

**Justificativa:** Alguns alimentos não são bem aceitos em sua forma tradicional de oferta. Para esses alimentos, mudar a forma de apresentação ou incluí-lo em novas preparações podem ser alternativas para incluí-los no cardápio.

**Público alvo:** alunos da educação infantil.

### PASSO À PASSO

- 1 - Aproveite para abordar de forma lúdica a qualidade nutricional do alimento que estiver sendo trabalhado, para isso utilize cartões com imagens e elementos lúdicos;
- 2 - Socialize a receita (ingredientes e preparo) com os alunos, eles devem estar envolvidos na atividade;
- 3 - Permita que todos os alunos participe de alguma etapa da preparação;
- 4 - Tenha o alimento pronto para degustação, eles precisam experimentar o que produziram.

**Dica:** escolha um alimento produzido pela agricultura familiar e que tenha baixa aceitação entre os estudantes para explorar na Oficina Culinária.



**18**

## Oficina Culinária Bolinho de Inhame

**REGISTROS DA OFICINA CULINÁRIA:**





**19**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 37. Oficina Culinária/ Material de Apoio (Manual de Práticas Educativas).

## Oficina Culinária Bolinho de Inhame

**MATERIAL DE APOIO:**

**Receita de Bolinho de Inhame**  
Ingredientes:

Quem come inhame tem olhos saudáveis e consegue ler melhor!

Quem come inhame tem muita energia para brincar e aprender!!!

Quem come inhame fica muito forte!!!

Quem come inhame tem o intestino saudável!!

Quem come inhame tem muita energia para brincar e aprender!!!

## Bolinho de Inhame

**FICOU COM VONTADE DE EXPERIMENTAR ESSE BOLO?**

**INGREDIENTES:** 2 xícaras de inhame picado, 3 ovos inteiros, 1 xícara de leite integral ou água, meia xícara de óleo vegetal, 3 xícaras de farinha de trigo, 1 1/2 xícara de açúcar, 1 colher de sopa de fermento para bolo.

**MODO DE PREPARO:** No liquidificador, bata por 5 minutos o inhame, os ovos, o leite, o óleo e o açúcar. Despeje a mistura numa tigela e acrescente aos poucos a farinha de trigo, incorporando-a na mistura. Por último, junte delicadamente o fermento e disponha a mistura em forma untada e enfarinhada. Leve para assar em forno pré-aquecido, a 180°C, por 40 minutos ou até que passe no teste do palitinho.

**ATENÇÃO!** Por conter açúcar, essa preparação deve ser oferecida apenas aos alunos maiores de 3 anos de idade.

**FICOU NOTA 10!**

20
21

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 38. Atividade Horta Escolar (Manual de Práticas Educativas).

## ATIVIDADE Horta Escolar

**Nome da Atividade:** O verdinho não é vilão!

**Objetivo:** Aumentar a aceitação das hortaliças nas preparações.

**Justificativa:** As hortaliças costumam ser muito rejeitadas pelas crianças, incentivar o cuidado, do plantio à colheita, muda a perspectiva delas e contribui para melhorar a aceitação.

**Público alvo:** alunos da educação infantil.

**PASSO À PASSO**

- 1 - Aproveite para explorar de forma lúdica a importância de consumir legumes e hortaliças in natura. Dê enfoque aos itens com maior nível de rejeição e aos itens da agricultura familiar.
- 2 - Na seleção dos alimentos para a horta priorize os tradicionalmente cultivados na região e a viabilidade das culturas, para tanto, tenha assessoramento profissional.
- 3 - Identifique os materiais necessários para a execução da horta: ferramentas, mangueira/regador, sementes, adubos e demais insumos,
- 4 - Solicite apoio para fazer as leiras e o plantio.
- 5 - Organize a execução da atividade para que todos os alunos participe ativamente de alguma etapa da execução da horta ou dos cuidados posteriores.

**Dica:** solicite apoio da Secretaria de Agricultura para selecionar adequadamente as culturas, orientar a compra/ solicitação dos materiais e executar as etapas específicas do plantio.

## Horta Escolar O verdinho não é vilão

**REGISTROS DA IMPLANTAÇÃO DA HORTA ESCOLAR:**

A divulgação de fotografias foi consentida em termo assinado pelos responsáveis legais das crianças e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

22
23

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 39. Atividade Gincana da Alimentação (Manual de Práticas Educativas).



**ATIVIDADE**  
**Gincana da Alimentação**

**Nome da Atividade:** Gincana da Alimentação.  
**Objetivo:** Abordar a origem dos alimentos produzidos na agricultura familiar e o estimular o consumo de alimentos *in natura*.  
**Justificativa:** Conteúdos importantes relacionados à alimentação podem ser trabalhados com crianças através de brincadeiras. O conteúdo lúdico desperta a atenção e contribui para que as crianças participem ativamente das atividades.  
**Público alvo:** alunos da educação infantil.

**PASSO À PASSO**

- 1 - Aproveite para abordar de forma lúdica as características e a importância dos alimentos que estiverem sendo trabalhados na atividade, para isso utilize cartões com imagens, réplicas de alimentos, alimentos *in natura* e elementos lúdicos;
- 2 - Atente-se para que a brincadeira ou atividade esteja de acordo com a faixa etária, sendo de fácil compreensão e assimilação pelos participantes;
- 3 - Verifique com antecedência o espaço físico disponível e a quantidade de crianças participantes, para garantir bom andamento da atividade planejada;
- 4 - Permita que todos os alunos participe de alguma etapa da atividade.

24

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 40. Atividade “De onde vem esse alimento?” (Manual de Práticas Educativas).

## ● GINCANA DA ALIMENTAÇÃO

### De onde vem esse alimento?

**Nome da Atividade:** De onde vem esse alimento?

**Objetivo:** Abordar a origem dos alimentos, identificando se é uma raiz, se nasce em árvore ou em planta rasteira.

**Justificativa:** Com o hábito de comprar todos os alimentos nos mercados, muitas crianças perdem o vínculo com as atividades de produção dos alimentos, desconhecendo a sua origem e história até chegar ao nosso prato.

**Público alvo:** alunos da educação infantil.

**PASSO À PASSO**

- 1 - Cole um mural na parede com uma gravura onde seja possível identificar os mais diversos tipos de plantas (raízes, arbustos, plantas rasteiras).
- 2 - Disponibilize imagens de legumes, verduras e frutas para serem colados no painel.
- 3 - Estabeleça um diálogo inicial com as crianças, aproveitando a explicação da brincadeira para questionar se as crianças já viram plantas frutíferas, hortas, plantações; se sabem como é a planta que dar o tomate, a abóbora, a melancia, a manga, etc.
- 4 - Organize a execução da atividade para que todos os alunos participem ativamente de alguma etapa da brincadeira, escolhendo a figura da fruta ou legume, identificando a origem dos alimentos, colando a figura no painel ou dando dicas, o importante é que todos sintam-se envolvidos na atividade.

**25**

## ● GINCANA DA ALIMENTAÇÃO

### De onde vem esse alimento?

**MATERIAL DE APOIO:**






**26**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 41. Registros da atividade “De onde vem esse alimento?” (Manual de Práticas Educativas).

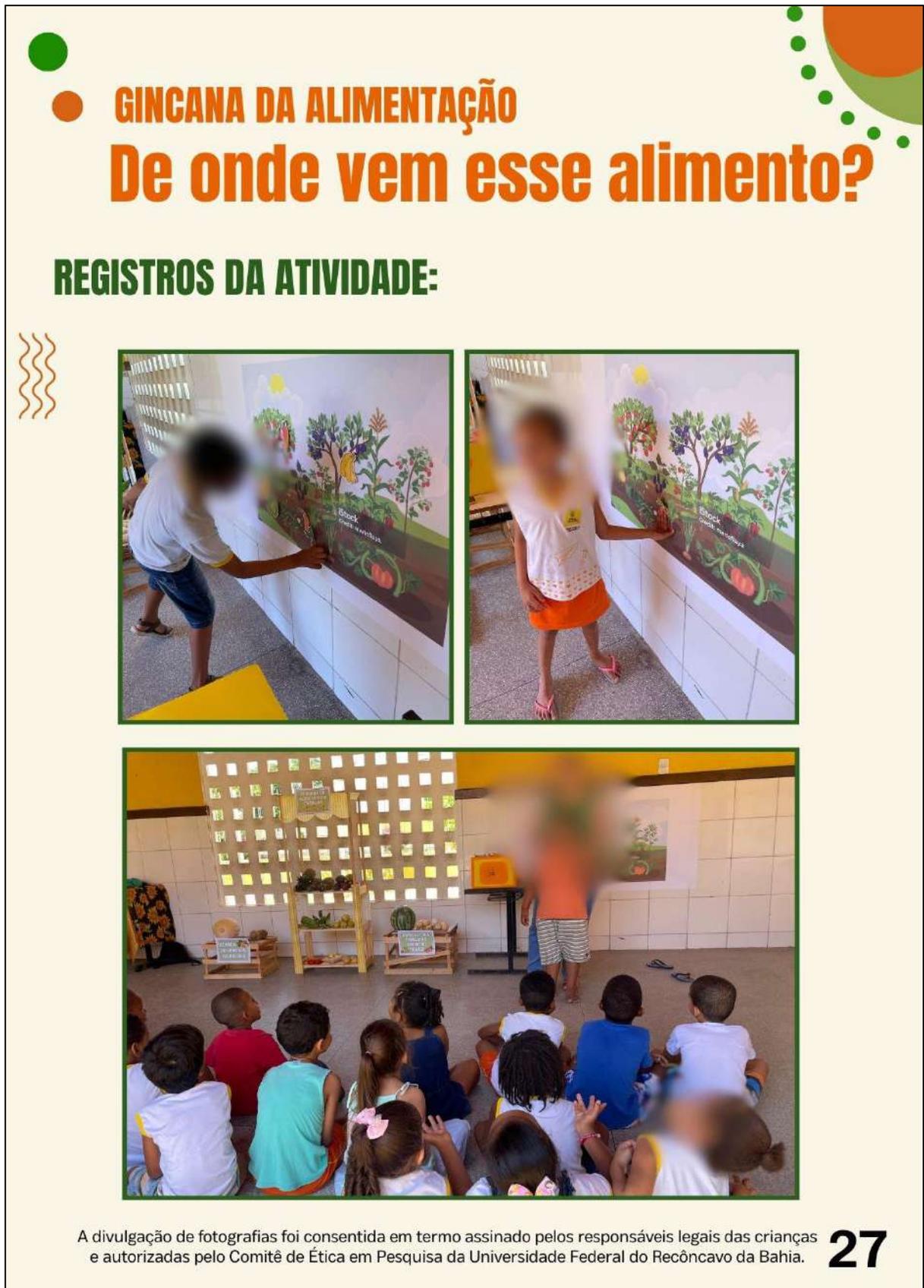


Imagem 42. Atividade “Que alimento é esse?” (Manual de Práticas Educativas).

### GINCANA DA ALIMENTAÇÃO Que alimento é esse?

**Nome da Atividade:** Que alimento é esse?

**Objetivo:** Explorar o conhecimento prévio das crianças sobre os alimentos da agricultura familiar e de forma descontraída abordar curiosidades e importância desses alimentos.

**Justificativa:** O desconhecimento sobre os alimentos colabora para que haja rejeição em consumi-lo. Trazer alimentos pouco aceito entre as crianças para um contexto divertido contribui para diminuir a resistência em experimentá-lo, que é o primeiro passo para habituar-se a consumir.

**Público alvo:** alunos da educação infantil.

**PASSO A PASSO**

- 1 - Prepare com antecedência uma caixa com uma abertura frontal, que permita que a criança coloque as mãos no seu interior, mas a impeça de ver o que tem dentro da caixa.
- 2 - Separe alimentos in natura provenientes da agricultura familiar do município para explorar na brincadeira.
- 3 - A criança que for escolhida para adivinhar qual é o alimento da caixa precisa estar vendada para a brincadeira começar.
- 4 - Com a criança escolhida já vendada, coloque o alimento escolhido dentro da caixa de forma que os demais participantes vejam que alimento é, pois eles vão dar dicas.
- 5 - A criança deve colocar a mão na caixa e explorar o alimento para tentar adivinhar o que é.
- 6 - A monitora da atividade deve incentivar que os demais alunos deem dicas: se é fruta ou legume, que cor tem, se é doce, etc. A monitora deve colaborar destacando a importância nutricional dos alimentos, sempre de forma lúdica, sem termos técnicos, facilitando o entendimento.

### GINCANA DA ALIMENTAÇÃO Que alimento é esse?

**MATERIAL DE APOIO:**




28  29

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 43. Registros da atividade “Que alimento é esse?” (Manual de Práticas Educativas).

### GINCANA DA ALIMENTAÇÃO Que alimento é esse?

**REGISTROS DA ATIVIDADE:**



A divulgação de fotografias foi consentida em termo assinado pelos responsáveis legais das crianças e autorizadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

30

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Imagem 44. Atividade Dia de Feira (Manual de Práticas Educativas).

## ATIVIDADE Dia de Feira

**Nome da Atividade:** Dia de Feira.

**Objetivo:** Aproximar os alunos dos itens produzidos pela agricultura familiar.

**Justificativa:** Muitas famílias compram seus alimentos nos mercados, inviabilizando o contato das crianças com alimentos tradicionais produzidos localmente e suas formas in natura.

**Público alvo:** alunos da educação infantil.

### PASSO À PASSO

- 1 - Prepare antecipadamente barraquinhas ou disponha pallets de madeira no chão, de forma que o ambiente da atividade se pareça com uma feira livre.
- 2 - Exponha alimentos produzidos pela agricultura familiar do município, selecione os alimentos presentes na chamada pública e priorize os alimentos com pouca aceitação para explorar com os alunos.
- 3 - É interessante distribuir cédulas de brinquedo, para que os alunos vivenciem a oportunidade de "comprar" os gêneros.
- 4 - Enriquece a atividade, se os alunos puderem consumir os itens "comprados" na feira no lanche escolar desse dia.



## ATIVIDADE Dia de Feira

**REGISTROS DA ATIVIDADE:**



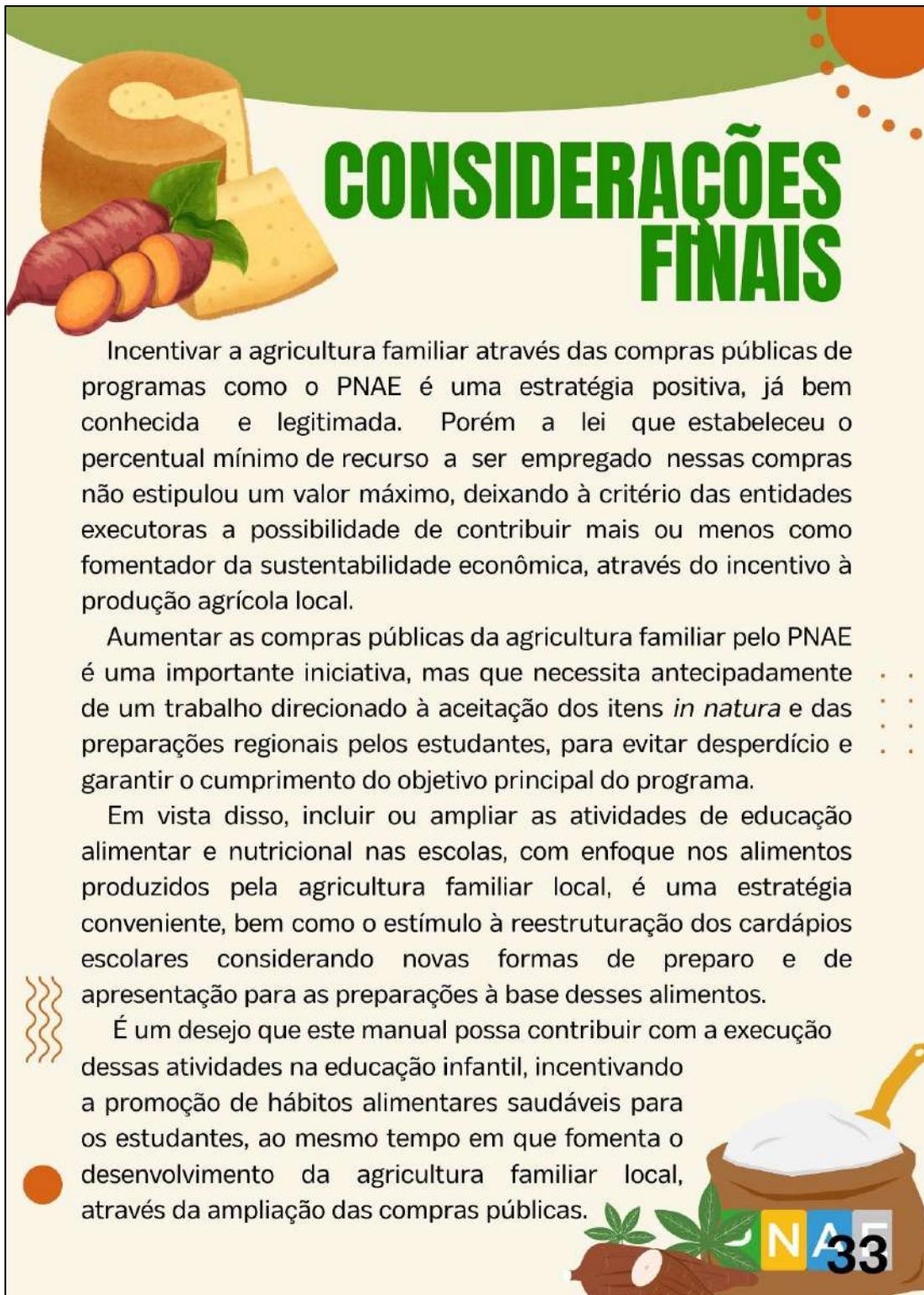

31
A divulgação de fotografias foi consentida em termo assinado pelos responsáveis legais das crianças e autorizadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
32

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O formato de apresentação das atividades num modelo semelhante a um “passo à passo” tem o intuito de permitir que as atividades sejam realizadas por outros atores envolvidos na rotina escolar e, inclusive, incluídas de forma transversal à abordagem dos conteúdos gerais. Vale destacar que, conforme orienta a resolução nº26/ 2013, o nutricionista PNAE deve coordenar e realizar essas atividades em conjunto com os demais profissionais escolares.

Finalizando a parte de apresentação de conteúdo do manual, apresenta-se as considerações finais do trabalho, que de uma forma sintética tem o objetivo de encerrar o material educativo estimulando os profissionais à atentar-se à importância de se promover hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar através do incentivo ao consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar, associando o PNAE ao fomento da agricultura familiar.

Imagem 45: Considerações Finais (Manual de Práticas Educativas).



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Incentivar a agricultura familiar através das compras públicas de programas como o PNAE é uma estratégia positiva, já bem conhecida e legitimada. Porém a lei que estabeleceu o percentual mínimo de recurso a ser empregado nessas compras não estipulou um valor máximo, deixando à critério das entidades executoras a possibilidade de contribuir mais ou menos como fomentador da sustentabilidade econômica, através do incentivo à produção agrícola local.

Aumentar as compras públicas da agricultura familiar pelo PNAE é uma importante iniciativa, mas que necessita antecipadamente de um trabalho direcionado à aceitação dos itens *in natura* e das preparações regionais pelos estudantes, para evitar desperdício e garantir o cumprimento do objetivo principal do programa.

Em vista disso, incluir ou ampliar as atividades de educação alimentar e nutricional nas escolas, com enfoque nos alimentos produzidos pela agricultura familiar local, é uma estratégia conveniente, bem como o estímulo à reestruturação dos cardápios escolares considerando novas formas de preparo e de apresentação para as preparações à base desses alimentos.

É um desejo que este manual possa contribuir com a execução dessas atividades na educação infantil, incentivando a promoção de hábitos alimentares saudáveis para os estudantes, ao mesmo tempo em que fomenta o desenvolvimento da agricultura familiar local, através da ampliação das compras públicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

## 6. ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO E USO DOS PRODUTOS

A produção didático-editorial “Manual de Práticas: Agricultura Familiar no Prato Escolar” é uma tecnologia educativa que foi desenvolvida como produto de conclusão do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, decorrente de uma pesquisa-ação, que tinha como objetivo geral o estímulo à aceitação dos itens da agricultura familiar, produzidos à nível municipal, no PNAE.

Para tanto, o manual foi desenvolvido intencionando a instrumentalização dos diversos profissionais envolvidos direta e indiretamente no PNAE, de modo que todos que o acessem compreendam a importância de incentivar a inserção e o fortalecimento da agricultura familiar no programa. Portanto, a divulgação do manual perpassa principalmente pelos espaços de ensino, gestão e execução do PNAE.

O manual em formato digital será inicialmente apresentado para o Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CECANE/ UFRB), instituição que atua prestando apoio técnico e operacional ao PNAE nos municípios da Bahia, envolvido na fiscalização da execução do programa e na capacitação de atores sociais envolvidos com a oferta da alimentação escolar. Assim, poderá subsidiar futuras formações profissionais ou mesmo ser divulgado pelos agentes durante as atividades nos municípios.

Posteriormente o manual será divulgado nos espaços de gestão e execução do PNAE, assim, todos os gestores do programa dos municípios do Recôncavo Baiano, incluindo o município de execução da pesquisa-ação, receberão o manual no formato digital para divulgação para a equipe de atores PNAE, através de e-mail ou aplicativo de mensagem. Para tanto, os contatos das secretarias municipais de educação serão acionados em busca de acesso aos gestores do programa.

O formato do manual (.pdf) o torna compatível com o compartilhamento em aplicativos de mensagens como WhatsApp® e Telegram®, podendo ser divulgado diretamente em ambiente virtual, e o seu conteúdo poderá ser lido de forma *offline*.

A reprodução, distribuição e utilização do material em capacitações e formações dentro dos espaços acadêmicos e de gestão e execução do PNAE, com intenção de contribuir com a excelência da execução do programa são liberadas, desde que adequadamente citada a autoria do manual. É proibida a reprodução total ou parcial desse material educativo para fins comerciais e/ou lucrativos, sem autorização prévia, formal e expressa do autor.

## 7. ORÇAMENTO

Os custos relacionados à produção e distribuição do produto estão descritos no Quadro 5.

**Quadro 5: Orçamento para a confecção do produto.**

ITEM	QUANTIDADE	VALOR
Computador Completo	1 unidade	R\$ 3.000,00
Internet	12 meses	R\$ 1.440,00
Software Canva®	12 meses	R\$ 290,00
<b>TOTAL DE GASTOS</b>		<b>R\$ 4.730,00</b>
<b>FONTE DOS RECURSOS</b>		<b>Financiamento Próprio</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, com potencial para promover hábitos alimentares saudáveis aos estudantes da rede pública de ensino, através da oferta diária de refeições saudáveis, que devem cobrir as necessidades nutricionais durante o período letivo e estar de acordo com a cultura alimentar regional e produção agrícola local.

Os avanços alcançados pelo PNAE permitiram a intersetorialização dos seus objetivos para outras esferas além da educação, como o fomento à sustentabilidade econômica e social, através do incentivo à produção agrícola local com a obrigatoriedade de aquisição de itens da agricultura familiar para alimentação escolar, a partir da publicação da Lei nº 11.947/ 2009, no percentual mínimo de 30% dos recursos repassados pelo FNDE para estados e municípios.

Nesse contexto de acesso ao mercado do PNAE pela agricultura familiar, muitos itens que antes eram produzidos apenas para o autoconsumo passaram a representar fonte de renda para as famílias produtoras, repercutindo em benefícios tanto para os agricultores, que se favorecem com a comercialização da sua produção, quanto para os estudantes, que tem maior diversidade e oferta de alimentos saudáveis.

Incentivar a agricultura familiar através das compras públicas de programas como o PNAE é uma estratégia positiva, já bem conhecida e legitimada. Porém a lei que estabeleceu o percentual mínimo de recurso a ser empregado nessas compras não estipulou um valor máximo, deixando à critério das entidades executoras a possibilidade de contribuir mais ou menos como fomentador da sustentabilidade econômica, através do incentivo à produção agrícola local.

Aumentar as compras públicas da agricultura familiar é uma importante iniciativa, mas necessita de um trabalho direcionado à aceitação dos itens *in natura* e das preparações regionais pelos estudantes no PNAE, para evitar desperdício e garantir o cumprimento do objetivo principal do programa, que é garantir alimentação suficiente para cobrir as necessidades nutricionais dos alunos no período letivo.

Embora as escolas municipais recebam semanalmente gêneros provenientes da agricultura familiar, ficou evidenciado nesse estudo que os tubérculos (aipim, inhame e batata doce) não são bem aceitos pelos alunos quando ofertados apenas cozidos em água, na sua forma de preparo tradicional. No entanto, esses alimentos são

culturas importantes para a agricultura familiar do município, representando, junto com a laranja e o limão as mais importantes culturas comestíveis produzidas na região e uma das principais possibilidades de oferta para a alimentação escolar.

Ampliar e intensificar as ações de educação alimentar e nutricional (EAN) no ambiente escolar é uma iniciativa importante para incentivar hábitos alimentares saudáveis e contribuir com a aceitação dos itens produzidos localmente pelos estudantes e, portanto, observa-se a urgente necessidade de se fortalecer a parceria entre os profissionais da alimentação escolar e os profissionais da escola, como merendeiras, coordenadores, auxiliares e professores para que o processo de formação de hábitos alimentares aconteça de forma contínua e transversal às demais atividades escolares.

As atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) realizadas na escola piloto foram adaptadas à faixa etária e aos alimentos tradicionalmente produzidos na região, para estimular a sua aceitação. Enfatizar os alimentos comercializados pela agricultura familiar local durante as atividades realizadas nas escolas é importante para fortalecer a inserção desses produtos na alimentação escolar. A realização de oficinas culinárias, tanto como atividade educativa com as crianças, quanto para a formação das merendeiras, demonstra também ser uma medida efetiva para ampliar a aceitação dos itens provenientes da produção local nas preparações.

Alterar a forma de preparo e apresentação dos alimentos tradicionalmente comercializados pelos agricultores familiares também demonstra ser uma estratégia significativa para melhorar a aceitação, principalmente entre os pré-escolares. Nesse contexto, sugere-se pensar conjuntamente, nutricionistas e merendeiras, em preparações atrativas para os estudantes, com ingredientes adquiridos na agricultura familiar, mas que possam ser ofertados de forma não convencional, por exemplo, o inhame na forma de bolo, como foi na oficina realizada neste estudo, o que gerou adesão total dos alunos à refeição.

Outra questão importante é a formulação ou reformulação do cardápio escolar, com o objetivo de inserir os alimentos da produção agrícola local e as preparações desenvolvidas nas oficinas culinárias. Para tanto, considerar o mapeamento da produção agrícola local e manter contato com os agricultores familiares e Secretaria de Agricultura é essencial. Esse passo é imprescindível para a realização de uma chamada pública efetiva, que contemple a produção local.

Popularizar estratégias que fortaleçam a agricultura familiar no PNAE, estimulando o consumo dos alimentos produzidos localmente, permitindo o aumento das compras públicas, sem que isso reflita em rejeição ao cardápio proposto, foi o objetivo principal deste estudo e da confecção do Manual de Práticas: Agricultura Familiar no Prato Escolar, porém a aplicação das atividades propostas precisa acontecer de permanentemente, envolvendo todos os atores do PNAE.

É um desejo que este manual possa contribuir com a execução dessas atividades na educação infantil, neste e em outros municípios, incentivando a promoção de hábitos alimentares saudáveis para os estudantes e fomentando o desenvolvimento da agricultura familiar local, através da ampliação das compras públicas para percentuais que traduzam a importância desse setor para o país.

## 9. REFERÊNCIAS

- ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI JÚNIOR, P. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 53, n. 6, p. 604-616, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/GjkPPmCGpcZQ77CSRQ6s7vQ/>. Acesso em: 06 de abril de 2022.
- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JÚNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, n. 54, v.4, p. 1134-1145, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3M5qJhkvYCFvmJKZqZyCYQ/>. Acesso em: 12 de agosto de 2022.
- ANASTÁCIO, C. DE O. A.; OLIVEIRA, J. M.; DAMIÃO, J. J.; MORAES, M. M. DE; CASTRO, I. R. R. Perfil nutricional de alimentos ultraprocessados consumidos por crianças no Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 89, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/6zqmZfPsBxBRPQK3k4mz3Sq/?lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.
- ANJOS, L. A. DOS; ALMEIDA, D. J.; SÁ, C. C. R.; FAGUNDES, A. A.; VOICI, S. M.; SILVA, D. G. Reconhecimento e preferência de pré-escolares por alimentos regionais após um Programa de Educação Alimentar e Nutricional. **Peer Review**, n. 15, v.5, 2023. Disponível em: <https://www.peerw.org/index.php/journals/article/view/718>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.
- ANTUNES, A. A volta da fome. **EPSJV/ Fiocruz**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-volta-da-fome>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.
- AVELLA, J. R. Delphi Panels: Research Design, Procedures, Advantages, and Challenges. **Int J Doct Stud**, n. 11, p.305-321, 2016. Disponível em: <https://www.informingscience.org/Publications/3561>. Acesso em: 30 de maio de 2024.
- BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto (Portugal): **Porto Editora**, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1119>. Acesso em: 06 de abril de 2022.
- BRASIL. Medida Provisória nº 1.979-20, de 29 de Junho de 2000. **Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, junho/2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas/1979-19.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1979-19.htm). Acesso em: 24 de abril de 2024.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006a. **Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação**

**infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, maio/ 2006. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006b. **Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** FNDE, Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2006/resolucao-cd-fnde-no-32-de-10-de-agosto-de-2006>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009a. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, junho/ 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm). Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** FNDE, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2013/resolucao-cd-fnde-no-26-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica, Secretaria de Atenção à Saúde, Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** Brasília: Ministério da Saúde; 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf/view](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view). Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 26, de 03 de abril de 2015. **Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** FNDE, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2015/resolucao-cd-fnde-mec-no-4-de-3-de-abril-de-2015>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.987 de 07 de abril de 2020a. **Altera a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, abril/ 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/lei/l13987.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13987.htm). Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020b. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** FNDE, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-6-de-08-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021. **Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** FNDE, Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-21-de-16-de-novembro-de-2021/view>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.660 de 23 de agosto de 2023a. **Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, agosto/ 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/lei/L14660.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/L14660.htm). Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Resolução/CD/FNDE nº 02, de 10 de março de 2023b. **Altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.** FNDE, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2023/resolucao-no-02-de-10-de-marco-de-2023.pdf/view>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nota Técnica/CD/FNDE nº 3744623, de 05 de outubro de 2023b. **Assunto: Participação de Povos e Comunidades Tradicionais no Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/media-pnae/NTParticipaodePovoseComunidadesTradicionaisnoPNAE.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2024.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul/dez 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/%20view/5434>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

BURLANDY, L., CARVALHOSA, C. S. Conexões entre agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: reflexões sobre o artigo de Schwartzman *et al* **Cad. Saúde Pública**, n. 33, v. 12, 2017. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/6379>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

CAETANO, M. C.; ORTIZ T. T.; SILVA, S. G; SOUZA, F.I.; SARNI, R. O. Complementary feeding: inappropriate practices in infants. **J Pediatr (Rio J)**, n. 86, p. 196-201, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/hGL6PfzNFGyGJy4KCqghHK8H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

CANELLA, D. S.; BANDEIRA, L.; OLIVEIRA, M. L DE; CASTRO, S.; PEREIRA, A. S.; BANDONI, D. H; CASTRO, I. R. R. Atualização dos parâmetros de aquisição do Programa Nacional de Alimentação Escolar com base no Guia Alimentar para a População Brasileira. **Cad. Saúde Pública**, n. 37, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1374801>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

CASAGRANDE, S.; CONCELIER, J. W; BELING, H. M. Programa nacional de alimentação escolar (PNAE): Contribuição na alimentação saudável escolar e promoção da agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.3, p. 25835-25849, mar/2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/26328>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

CASTRO, I. R. R.; ANJOS, L. A.; LACERDA, E. M. A; BOCCOLINE, C. S.; FARIAS, D. R.; ALVES-SANTOS, N. H.; NORMANDO, P.; FREITAS, M. B.; ANDRADE, P. G.; BERTOLINI, N.; SCHINCAGLIA, R. M.; BERTI, T. L.; CARNEIRO, L. B. V; KAC, G. Transição nutricional em crianças brasileiras menores de 5 anos de idade entre 2006 e 2019. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39 Sup. 2, 2023. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8395/18732> Acesso em: 07 de setembro de 2024.

COSTA, J. M. N. **Política de alimentação escolar: tem caroço nesse angu?** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasília, 2013. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/15319/1/2013\\_JordannaMariaNunesCosta.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/15319/1/2013_JordannaMariaNunesCosta.pdf) . Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

ECHER, I. C. Elaboração de manuais de orientação para o cuidado em saúde. **Rev Lat Am Enferm.**, n. 13, v.5, p. 754-7, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2146>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2024.

GALDINO, Y. L. S.; MOREIRA, T. M. M.; CESTARI, V. R. F. Construção e validação de cartilha educativa: trabalhando inovações tecnológicas. *In*: MOREIRA, T. M. M. *et al.* (orgs.) **Tecnologias para a promoção e o cuidado em saúde**. Fortaleza: EdUECE, 2018 (387 p).

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

GOMES, L. S., NUNES, E. M., RODRIGUES, F. L., RAMALHO, S. M. Impactos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre as escolas públicas no nordeste brasileiro. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 52, n. 2, p. 103-120, abr./jun 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/353052641\\_Impactos\\_do\\_Programa\\_Nacional\\_de\\_Alimentacao\\_Escolar\\_PNAE\\_sobre\\_as\\_escolas\\_publicas\\_no\\_Nordeste\\_Brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/353052641_Impactos_do_Programa_Nacional_de_Alimentacao_Escolar_PNAE_sobre_as_escolas_publicas_no_Nordeste_Brasileiro). Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

GREGOLIN, G. C.; GREGOLIN, M. R. P.; TRICHES, R. M.; ZONIN, W. J. Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar (PNAE): estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável. **Rev. Perspectiva**, Erechim, v. 42, p.45-57, 2018. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/159\\_722.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/159_722.pdf). Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

GUIMARÃES, L. V.; BARROS, M. B. A. As diferenças de estado nutricional em pré-escolares de rede pública e a transição nutricional. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 5, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/R9hFygtT6WgJZmxbwqMxzQi/>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados (2022)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/cruzas-almas.html>. Acesso em: 11 de dezembro de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão: Descentralização federativa e desafios de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma análise pós-Lei no 11.947/2009**. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11155>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

IZZO, S.; DOMENE, S. M. A. Aceitação de preparações culinárias com ora-pro-nóbis por escolares atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. Demetra**, v. 16, 2021. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/53372/36828>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

KAC, G.; VELÁSQUEZ-MELÉNDEZ, G. A transição nutricional e a epidemiologia da obesidade na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 4-5, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/br6Lw9rL5TN5qmd3tN4f39L/>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

LIMA, D. R. S.; DIOGO, S. S.; PEIXINHO, A. M. L.; CABRINI, C. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): marcos históricos, políticos e institucionais que

influenciaram a política nos seus quase 70 anos de existência. **Rev. de Alim. Cult. Américas**, Brasília/ DF, v. 4, p. 20-44, 2023. Disponível em: <https://raca.fiocruz.br/index.php/raca/article/view/159/99> Acesso em: 07 de setembro de 2024002E

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 2013 (*E-book*). Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod\\_resource/content/1/Lud\\_And\\_cap3.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4091392/mod_resource/content/1/Lud_And_cap3.pdf). Acesso em: 06 de abril de 2022.

MARQUES, F. J.; PONZILACQUA, M. H. P. Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional. **R. Katál.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 498-506, set.-dez 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/85264>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

MARTINS, A. P. B.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; MOUBARAC, J. C.; MONTEIRO, C. A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). **Rev Saúde Pública**, v. 47, n. 4, p. 656-65, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/VxDyNppnrq8vv6jQtZfSsRP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

MELLO, C. S.; BARROS, K. V.; DE MORAIS, M. B. Brazilian infant and preschool children feeding: literature review. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 5, p. 451–463, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/xnM8QDXDX37rpcsJ6L5WfXP/>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Ed.13 São Paulo: Hucitec, 2013.

MONTEIRO, C. A.; BENÍCIO, M. H. A.; KONNOL, S. C.; SILVA, C. F.; LIMA, A. L. L.; CONDE, W. L. Causas do declínio da desnutrição infantil no Brasil, 1996-2007. **Rev Saúde Pública**, v. 43, n. 1, p. 35-43, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qmYZXGhNDBKcqw4SJSrCw6G/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de agosto de 2022.

MONTEIRO, C. A.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; CASTRO, I. R. R.; CANNON, G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. **Cad Saúde Pública**, v. 26, n. 11, p. 2039-49, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/fQWy8tBbJkMFhGq6gPzsGkb/?lang=en>. Acesso em: 06 de agosto de 2022.

MONTEIRO, C.A.; CANNON, G.; LEVY, R. B.; MOUBARAC, J-C.; LOUZADA, M. L. C.; RAUBER, F. Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. **Public Health Nutr**, v. 22, p. 936-41, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30744710/>. Acesso em: 06 de agosto de 2022.

NASSER, L. A. Importância da nutrição, da infância à adolescência. *In*: Daniela Fagioli (Org.). **Educação Nutricional na infância e na adolescência**:

**planejamento, intervenção, avaliação e dinâmicas.** 1 ed. São Paulo: RCN (*E-Book*), v. 1, p. 30-41, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-444486>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

NEKITSING, C.; HETHERINGTON, M. M.; BLUNDELL-BIRTILL, P. Developing Healthy Food Preferences in Preschool Children Through Taste Exposure, Sensory Learning, and Nutrition Education. **Curr. Obes Rep**, v. 7, n. 1, p. 60-67, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29446037/>. Acesso em: 06 de agosto de 2022.

NUNES, E. M.; MORAIS, A. C.; AQUINO, J. R.; GURGEL, I. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política de inclusão na agricultura familiar do Nordeste do Brasil. **Revista Grifos**, vol. 27, n. 45, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572960989006>. Acesso em: 16 de dezembro de 2023.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal de São Paulo, 2011 (133 p.). Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/a96318a5-b3d0-40a5-8673-27bc696aa2e6/content>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Cien Saude Colet**, v. 18, n. 4, p. 909- 916, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/386B5JLGr4qtcmc8FZytzQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

PIPITONE, M. A. P.; OMETTO, A. M. H.; SILVA, M. V.; STURION, G. L.; FURTOSO, M. C. O; OETTERER, M. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. **Rev. Nutr. Campinas**, v. 16, n. 2, p. 143-154, abr./jun 2003. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/26371299\\_Atuacao\\_dos\\_Conselhos\\_Municipais\\_de\\_Alimentacao\\_Escolar\\_na\\_gestao\\_do\\_Programa\\_Nacional\\_de\\_Alimentacao\\_Escolar](https://www.researchgate.net/publication/26371299_Atuacao_dos_Conselhos_Municipais_de_Alimentacao_Escolar_na_gestao_do_Programa_Nacional_de_Alimentacao_Escolar). Acesso em: 06 de abril de 2022.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/YXdL5MRGSTSfZsrKJV3FxcT/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

REBERTE, L. M. **Celebrando a vida: construção de uma cartilha para a promoção da saúde da gestante.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, São Paulo, 2008 (130 p.). Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/premio2009/luciana\\_magnoni.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/premio2009/luciana_magnoni.pdf). Acesso em: 08 de maio de 2024.

ROSENBERG, O. A merenda escolar dos alunos das quatro primeiras séries de nível I das escolas da rede municipal de ensino de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Públ de São Paulo**, n. 12, p. 55-66, 1978. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/xDMPtB7YzXNjd96vsf9kkvv/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

ROSSETTI, F. X.; WINNIE, L.; SILVA, M. V. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528>. Acesso em: 14 de dezembro de 2023.

SANTOS, R. **Comida de casa, comida da escola; as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019 (147 p.). Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11195> Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

SANTOS, T. T. B.; TORRES, R. L. O programa nacional de alimentação escolar e a importância do fortalecimento da agricultura familiar para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Rev. Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 1, 2022. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/503>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. Agroecologia, Mercados e Políticas Públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. *in*: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**/ organizadores: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. Curitiba: Kairós Edições, 2013. *E-book* (393 p). Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/949>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

SCHWARTZMAN, F.; MORA, C. A. R.; BOGUS, C. M.; VILLAR, B. S. Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar. **Cad. Saúde Pública**, v. 33, n. 12, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/VZhjckwkwxDmmyqs7dp3kS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

SILVA, S. U.; MONEGO, E. T.; SOUSA, L. M.; ALMEIDA, G. M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional

de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 8, p. 2671-2681, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998 (164 p.). Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-06042020-132509/publico/DR\\_340\\_Stefanini\\_1998.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6133/tde-06042020-132509/publico/DR_340_Stefanini_1998.pdf). Acesso em: 06 de agosto de 2023.

SZIWELSKI, N. K.; TEO, C. R. P. A.; GALLINA, L. S.; GRAHL, F.; FILLIPI, C. Implicações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na renda e organização de agricultores familiares. *Braz. J. Pub. Policy*, v.5, n. 3, p. 221-239, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/3279>. Acesso em: 18 de dezembro de 2023.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WFcGDRjzXjXb67DWX3gKHDQ/?lang=pt>. Acesso em: 06 de dezembro de 2023.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Reconstruindo o “elo perdido”: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). **Revista Segurança Alimentar Nutricional**. Campinas, v.17, n.1, p.1-15, jan. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283220351>. Acesso em: 28 de dezembro de 2023.

TRICHES, R. M.; WERKHAUSEN, A. O Programa de Alimentação Escolar como política de valorização da cultura alimentar. *In*: Menezes, S. S. M.; Cruz, F. T. (orgs). **Estreitando o diálogo entre alimentos, tradição, cultura e consumo**. São Cristóvão: Editora UFS, 2017, v. 1, p. 135- 153 (220p).

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo. v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyyq5bV4TCL9NSH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 de abril de 2022.

TROIAN, A.; BREINTENBACH, R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a Adequação à Lei dos 30%. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v.25, n.2, p. 570-589, 2020. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14848>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

## 10. APÊNDICES

**Apêndice A**  
**Declaração de Anuência**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS-BA  
Secretaria Municipal de Educação

**EDUCAÇÃO**  
*QUE ACOIHE*  
**E INOVA**

**CARTA DE ANUÊNCIA**

**DECLARAÇÃO**

Eu, Geisa Novaes dos Santos, na qualidade de responsável pela Secretaria Municipal de Educação do município de Cruz das Almas - BA, autorizo a realização da pesquisa intitulada: "Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar no município de Cruz das Almas - BA: promoção de oficinas como estratégia de ampliação da aceitação alimentar", a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora Monique Velame Ferreira, CPF nº 033.351.525-06 e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa - CEP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB para a referida pesquisa.

Cruz das Almas, 13 de setembro de 2022

Geisa Novaes dos Santos  
Secretaria Municipal de Educação  
Dec nº 06/2021  
**Geisa Novaes dos Santos**  
Secretaria Municipal de Educação

## Apêndice B

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Alunos

A criança \_\_\_\_\_, sob sua responsabilidade, está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa **“Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar no município de Cruz das Almas/ BA: promoção de oficinas como estratégia de ampliação da aceitação alimentar”**. Nesta pesquisa pretendemos estimular a aceitação dos itens da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município de Cruz das Almas – BA. O motivo que nos leva a implantar o projeto é a necessidade de promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância, bem como a expansão da aquisição de itens *in natura*, provenientes da agricultura familiar.

A colaboração da criança, sob sua responsabilidade, no referido estudo se dará através da participação nas atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolvidas na escola. As atividades de EAN direcionadas aos alunos são descritas a seguir:

- Mão na massa: aula de culinária infantil para o preparo de biscoito saudável;
- Gincana da Alimentação: brincadeiras e jogos com abordagem de temas relacionados à alimentação saudável;
- Horta Escolar: o verdinho não é vilão! Atividade de plantio e cuidado de hortaliças na escola.
- Dia de Feira: exposição de itens da agricultura familiar do município com participação dos agricultores rurais abordando temas de segurança alimentar e nutricional.

As atividades de educação alimentar e nutricional (EAN) serão realizadas por profissionais da área de nutrição com abordagem lúdica, considerando a faixa etária dos alunos e direcionadas ao propósito de estimular a aceitação dos itens da agricultura familiar.

Essas ações buscam contribuir de forma individual e coletiva através da promoção de uma alimentação mais saudável e do incentivo ao consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar regional pelas crianças e, conseqüentemente, incentivar o desenvolvimento rural local através da venda dos gêneros alimentícios ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Após realização das ações na escola, as crianças serão entrevistadas para conhecermos o impacto das ações nas noções individuais de alimentação e nutrição, hábitos alimentares saudáveis e aceitação da alimentação escolar.

São direitos das crianças enquanto participantes da pesquisa que:

I - Ser informado sobre a pesquisa. Para isso, antes do início das intervenções a pesquisa será apresentada aos alunos, respeitando o grau de entendimento e de acordo com a faixa etária, contando com o auxílio dos professores neste primeiro momento.

II - Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Dessa forma, antes de iniciar qualquer intervenção, as crianças serão questionadas sobre a vontade ou não de participar, sendo respeitada qualquer demonstração de insatisfação ou desinteresse.

III - Ter sua privacidade respeitada. Sendo assim, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo.

IV – Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais. Para tanto, todos os dados coletados serão salvos em formato de arquivo digital, arquivadas localmente em dispositivo de armazenamento próprio e criptografado, sendo apagadas da plataforma em nuvem.

V – Ser indenizado e/ ou ter ressarcimento proporcional das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa no caso de eventuais danos acarretados ou custos pela participação no presente estudo.

Acerca dos possíveis desconfortos e riscos, é importante salientar que o estudo não realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam, não apresentando dessa forma riscos previsíveis à saúde. Ainda assim serão tomadas cautela e providências para evitar as situações que possam causar danos (constrangimento, vergonha, medo, estresse ou cansaço), através da garantia do sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas e a privacidade do participante da pesquisa, havendo ainda assim identificação de dano a pesquisa deve ser interrompida imediatamente.

Para as atividades com manipulação e/ ou experimentação de alimentos, os profissionais escolares, mediados pelo pesquisador, estarão orientados a minimizar todos os riscos decorrentes da manipulação de utensílios domésticos. A possibilidade

de alergias ou intolerâncias alimentares serão verificadas de forma cautelosa na secretaria da escola que já possui esses dados sistematizados.

Em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa, será assegurado pelo pesquisador o pleito de indenização considerando, assim, o respeito pela dignidade humana, à proteção da sua imagem, a não estigmatização, conforme estabelece a Resolução CNS Nº 510/2016.

O (A) Sr.(a), responsável legal, poderá retirar o consentimento ou interromper a participação da criança a qualquer momento. A participação dela é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela Escola Municipal Professora Natália Velame e pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, como a codificação dos dados dos participantes.

Durante a pesquisa, o pesquisador poderá tirar fotos ou gravar vídeos das atividades desenvolvidas para confecção de uma cartilha ou manual, sendo que você pode não autorizar este registro ou a qualquer momento retirar a autorização dada. O uso destas imagens e vídeos será exclusivamente no âmbito da pesquisa em questão e para confecção do produto específico “cartilha ou manual”.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados na forma de cartilha e todos os participantes (funcionários, alunos e seus responsáveis legais) terão acesso a esse produto, que será divulgado em reuniões escolares planejadas, realizadas pela pesquisadora responsável na Escola Municipal Professora Natália Pedra Velame.

Caso o (a) senhor (a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar o consentimento de participação da criança sob sua responsabilidade da pesquisa, entre em contato com a pesquisadora responsável, cujas informações de contatos estão disponibilizadas à baixo:

**Pesquisador Responsável** – Monique Velame Ferreira

**Endereço:** Rua Juracy Magalhães, nº 634, bairro Ana Lúcia, Cruz das Almas/ Ba

**E-mail:** monyvelame@hotmail.com

**Telefone:** (75) 9 92105715

Também em caso de dúvida, o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CEP/ UFRB). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa e é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. O CEP/ UFRB está localizado na

Rua Rui Barbosa, nº 710, no Prédio da Reitoria da UFRB, em Cruz das Almas-Bahia. Horário de funcionamento: das 08h00min às 12h00min (segunda-feira a sexta-feira) e das 13h00min às 17h00min (terça-feira a sexta-feira). Telefone: (75) 3621-6850. E-mail: [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br)

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término pelo (a) Sr. (a), assim como pelo pesquisador responsável. Uma via deste será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Senhor (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

O pesquisador tratará a identidade da criança sob sua responsabilidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Cruz das Almas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

(Responsável legal pelo participante)

---

Monique Velame Ferreira  
(Pesquisadora responsável)

## Apêndice C

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Profissionais

O Sr.(a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Agricultura Familiar no município de Cruz das Almas/ BA: promoção de oficinas como estratégia de ampliação da aceitação alimentar”. Nesta pesquisa pretendemos estimular a aceitação dos itens da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar, no município de Cruz das Almas – BA. O motivo que nos leva a implantar o projeto é a necessidade de promoção de hábitos alimentares saudáveis na infância, bem como a expansão da aquisição de itens in natura, provenientes da agricultura familiar.

A sua colaboração no referido estudo se dará através de entrevista semiestruturada realizada pelo pesquisador e da participação nas atividades educativas, oficinas culinárias e ciclo de palestras que serão realizados na escola, o que poderá contribuir com a promoção de uma alimentação mais saudável para os estudantes.

Acerca dos possíveis desconfortos e riscos, é importante salientar que o estudo não realizará nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam, não apresentando dessa forma riscos previsíveis à saúde. Ainda assim serão tomadas cautela e providências para evitar as situações que possam causar danos (constrangimento, vergonha, medo, estresse ou cansaço), através da garantia do sigilo e a confidencialidade das informações fornecidas e a privacidade do participante da pesquisa, havendo ainda assim identificação de dano a pesquisa deve ser interrompida imediatamente.

O pesquisador tratará a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Em caso de danos decorrentes de sua participação na pesquisa, será assegurado pelo pesquisador o pleito de indenização considerando, assim, o respeito pela dignidade humana, à proteção da sua imagem, a não estigmatização, conforme estabelece a Resolução CNS Nº 510/2016.

Essas ações buscam contribuir de forma individual e coletiva através da promoção de uma alimentação mais saudável e do incentivo ao consumo de alimentos provenientes da agricultura familiar regional pelas crianças e, conseqüentemente, incentivar o desenvolvimento rural local através da venda dos gêneros alimentícios ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O (A) Sr.(a) poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação no estudo a qualquer momento, não acarretando qualquer penalidade ou modificação na forma em que é abordada pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Durante a pesquisa, o pesquisador poderá tirar fotos ou gravar vídeos das atividades desenvolvidas para confecção de uma cartilha ou manual, sendo que você pode não autorizar este registro ou a qualquer momento retirar a autorização dada. O uso destas imagens e vídeos será exclusivamente no âmbito da pesquisa em questão e para confecção do produto específico “cartilha ou manual”.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados na forma de cartilha e todos os participantes (funcionários, alunos e seus responsáveis legais) terão acesso a esse produto, que será divulgado em reuniões escolares planejadas, realizadas pela pesquisadora responsável na Escola Municipal Professora Natália Velame.

Caso o (a) senhor (a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar o consentimento de participação da pesquisa, por favor, entre em contato com a pesquisadora responsável, cujas informações de contatos estão disponibilizadas a seguir:

**Pesquisador Responsável:** Monique Velame Ferreira

**Endereço:** Rua Juracy Magalhães, nº 634, bairro Ana Lúcia, Cruz das Almas/ Ba

**E-mail:** monyvelame@hotmail.com

**Telefone:** (75) 9 92105715

Também em caso de dúvida, o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CEP/ UFRB). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) busca defender os interesses dos participantes de pesquisa e é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. O CEP/ UFRB está localizado na Rua Rui Barbosa, nº 710, no Prédio da Reitoria da UFRB, em Cruz das Almas-Bahia. Horário de funcionamento: das 08h00min às 12h00min (segunda-

feira a sexta-feira) e das 13h00min às 17h00min (terça-feira a sexta-feira). Telefone: (75) 3621-6850. E-mail: [eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br)

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, rubricadas em todas as suas páginas, as quais serão assinadas, ao seu término pelo (a) Sr. (a), assim como pelo pesquisador responsável. Uma via deste será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Senhor (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos.

Cruz das Almas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

(Responsável legal pelo participante)

---

Monique Velame Ferreira  
(Pesquisadora responsável)

**Apêndice D**  
**Roteiro de Entrevista Semi Estruturada**

**Merendeiras e demais profissionais envolvidos o preparo, distribuição ou  
acompanhamento das refeições**

1. A escola recebe itens da agricultura familiar? Em qual frequência?
2. Você acha importante manter e/ou aumentar a aquisição desses alimentos?
3. Qual a qualidade desses itens?
4. Quais as preparações com esses itens que os alunos mais gostam?
5. Quais as preparações com esses itens que os alunos mais rejeitam?
6. O que você acha que contribuiria para melhora da aceitação?
7. Você acha que há possibilidade de expandir a compra desses itens, aumentando a frequência no cardápio? Como?

**Apêndice E**  
**Roteiro de Observação**

1. Data da visita:
  
2. Qual refeição foi servida?
  
3. Quais itens utilizados no preparo da refeição são provenientes da agricultura familiar?
  
4. Os alunos aceitaram bem a refeição?
  - a. Quantos alunos estavam presentes no dia/ turno?
  
  - b. Quantos alunos não aceitaram experimentar?
  
  - c. Quantos alunos deixaram no prato mais da metade da refeição servida?
  
5. Outras observações significativas: